



meSalva!



**OPERAÇÃO ENEM**



**CARTILHA  
DA REDAÇÃO  
NOTA 1.000**



#MESALVANOENEM

mesalva.com

# SUMÁRIO

Introdução .....	02
Mobilidade urbana brasileira e o caos nas grandes cidades	
<b>Mariana Alves</b> .....	<b>04</b>
Embate entre igualdade e globalização na sociedade contemporânea	
<b>Laysa Maria Lacerda</b> .....	<b>06</b>
A inclusão de pessoas com limitações físicas no Brasil	
<b>Yasmin Lisboa de Oliveira</b> .....	<b>08</b>
Combate ao uso indiscriminado das tecnologias digitais de informação por crianças - <b>Arthur Guimarães</b> .....	<b>10</b>
Caminhos para reduzir a violência urbana no Brasil	
<b>Paulo Henrique de Sousa Melo</b> .....	<b>12</b>
Desafios da alimentação escolar no Brasil	
<b>Iasmin Corrêa Araújo</b> .....	<b>14</b>
A importância do uso de tecnologias no cenário escolar	
<b>Mateus Campello Rangel Rodrigues</b> .....	<b>16</b>
HIV e AIDS: desafios para a erradicação na população brasileira	
<b>Mariana Braz Maia</b> .....	<b>18</b>
A necessidade de respeito à identidade de gênero no Brasil	
<b>Tairone Araújo Mendonça</b> .....	<b>20</b>
Desafios para a popularização da vacinação no Brasil	
<b>Bruna Maciel</b> .....	<b>22</b>
Caminhos para a recuperação ambiental do planeta	
<b>Matheus Henrique Boa Nova de Araújo</b> .....	<b>24</b>
Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil	
<b>Gleice Kelle Damásio dos Santos</b> .....	<b>26</b>
Desafios no combate ao tabagismo entre jovens brasileiros	
<b>João Paulo de Moura Fernandes</b> .....	<b>28</b>
Medidas para combater os problemas ambientais causados pela ação humana - <b>Márllos Peres de Melo Filho</b> .....	<b>30</b>
Desafios no descarte adequado de resíduos sólidos urbanos no Brasil	
<b>Giulianne Dutra Villela Nogueira</b> .....	<b>32</b>
Desafios para a democratização da arte urbana	
<b>Paulo Henrique de Sousa Melo</b> .....	<b>34</b>
Caminhos para a recuperação ambiental do planeta	
<b>Kamily Souza Côrtes</b> .....	<b>36</b>

## Olá, querid@ estudante!

Este material gratuito que você tem em mãos — ou que está projetado na tela do seu computador — é muito poderoso! Ele é um **compilado de dezessete redações de modelo ENEM escritas pelos estudantes do Me Salva!** ao longo de 2020 e do início de 2021. Esses textos foram enviados para a nossa plataforma e **avaliados com nota máxima por diversos corretores**. A partir da constatação desses resultados maravilhosos, nosso time de redação entrou em contato com cada um dos escritores que estão reunidos nesta edição, trazendo a eles o seguinte convite:

### Vamos ajudar a democratizar a educação brasileira?

E, ao convite, esses autores responderam que **sim, com certeza, bora!**

Graças ao apoio desses incríveis criadores de redação, nós conseguimos reunir um conjunto formado por **voces diversas**: há textos de todos os cantos do Brasil, e por trás de cada parágrafo escrito há diferentes sonhos, incertezas, conquistas, estilos de escrita e vivências escolares. Além disso, na tinta de cada letra colocada nesses papéis, há muito empenho: **horas de dedicação às aulas ao vivo do MS!, aos plantões de redação** e, é claro, à **escrita** e à **leitura de redações**, pois uma nota 1000 não acontece da noite para o dia, e é sobre isso que falaremos agora.

### A raridade da nota 1000 na redação do ENEM:

No ano de 2021, **apenas 28 redações foram avaliadas com nota máxima** na prova oficial do ENEM. 28, sendo que mais de dois milhões de estudantes fizeram a prova... É um número tão baixo que nos gera dúvidas: o que exatamente é preciso para tirar o 1000? O texto precisa ser perfeito? Precisa ser a obra-prima das dissertações-argumentativas?

Sim. E não. Bem, a verdade é que, se Shakespeare analisasse esse processo, talvez ele pudesse dizer, misterioso, que “há mais coisas entre a escrita e a conquista da nota 1000 do que sonha nosso singelo sistema de ensino”. Em resumo, alcançar a nota máxima no ENEM é extremamente complexo.

Em teoria, no entanto, o 1000 não precisa ser um texto perfeito. De acordo com o manual do avaliador publicado pelo próprio INEP, a redação pode cometer alguns equívocos e, mesmo assim, alcançar 200 pontos nas cinco competências. Na competência I, é permitida uma falha de estrutura sintática e no máximo dois desvios gramaticais; na competência III, deslizos pontuais de projeto de texto ou de desenvolvimento de informações são admitidos; na competência IV, a presença de raras repetições também não é penalizada.

Portanto, tenha isso em mente enquanto lê este material e enquanto escreve as suas redações. Teoricamente, **o texto nota 1000 é aquele que melhor se adapta às regras convencionadas pela banca do ENEM.**

### **A importância da leitura de redações:**

Por conta dessa característica de adaptabilidade às convenções, é essencial que você **leia muitas redações ao longo da sua jornada de estudos.** Quando estamos nos preparando para uma prova que envolve questões objetivas, é natural que verifiquemos a forma de construção dos enunciados e das alternativas. Esse reconhecimento do que a banca demanda também é fundamental no processo de escrita de redações. O processo de leitura é, também, um processo de reescrita do texto: **ler é uma ótima forma de aprender a escrever melhor!**

### **O diferencial deste material:**

Por fim, vale lembrar que a diversidade também está presente nos temas que compõem esta cartilha, que é formada por **muitos eixos temáticos: educação, meio ambiente, segurança, planejamento urbano, preconceito, saúde, entre outros.** Aqui, estão dispostos projetos textuais, repertórios e vocábulos conectados a diferentes assuntos que podem inspirar muitos estudantes ao redor do país!

**Time de redação do Me Salva!**

**– Gabriel Borges, Maria Eduarda Bühler e Vitor Gouvea –, abril de 2021.**

# Nome: Mariana Alves

Idade: 18 anos

Cidade: João Pessoa

Estado: Paraíba

Tema: Mobilidade urbana brasileira e o caos nas grandes cidades



PROPOSTA DE REDAÇÃO NPR135 Mobilidade urbana brasileira e o caos nas grandes cidades

Instruções:

- 01. Utilize, preferencialmente, caneta azul ou preta;
- 02. Informe o código da proposta de redação (Ex. RED01);
- 03. Se desejar usar um título, escreva-o na primeira linha;
- 04. Respeite as margens do espaço destinado à redação.

Mariana

ASSINATURA DO ESTUDANTE

01 No documentário brasileiro "130 Km: Vida no Asfalto", é abordada a dinâmica diária vivenciada metrópo-  
 02 lita por quatro moradores da periferia de São Paulo. De maneira amarga, com a crítica às grandes cidades bra-  
 03 sil em crescimento - no momento pelo caos oriundo das dificuldades de deslocamento de pessoas e de bens, posto que  
 04 a dificuldade dessa situação é responsável por impfortunos como poluição sonora, congestionamentos, acidentes  
 05 de transporte e sobrecarga de espaços físicos. Sendo assim, urge a reflexão e a resolução da problemática, sob o prin-  
 06 cípio de planejamento urbano e da mobilidade social, respectivamente.

07 O princípio, é indubitável que se trata um questão tão como uma de suas principais causas a diversidade  
 08 presente nos principais meios urbanos. De acordo com o antropólogo francês Claude Lévy-Strucos, não é pos-  
 09 sível entender uma sociedade sem a compreensão dos valores que moldaram sua história. Nesse propósito,  
 10 constatamos que a urbanização brasileira desenvolveu - ocorrida, aproximadamente, a partir da década de 1970 -  
 11 presença a diversificação dos padrões de ocupação. Durante, com o desenvolvimento urbano, as grandes ci-  
 12 dades são caracterizadas por infraestrutura inadequada, que afetam a qualidade da locomoção,  
 13 haja vista que prejudicam a qualidade de vida dos cidadãos e o funcionamento do sistema público de tra-  
 14 nsporte.

15 Ademais, é imprescindível ressaltar a existência de uma cultura de valorização de transporte indi-  
 16 vidual, um especial, e sobre, inadvertidamente, a mobilidade social histórica através de ações como de op-  
 17 tização de subsídios através o mandato de Juscelino Kubitschek, momento em que indústrias automobilísticas  
 18 se instalaram em massa no país. Tal processo é intensificado com a globalização de veículos pessoais pela mí-  
 19 dia - e que conduzirá a "Indústria Cultural" de Theodor Adorno, uma vez que constitui a manipulação ide-  
 20 ológica baseada na arte, comunicação e tecnologia - principalmente pela indústria holliwoodiana. Dessafor-  
 21 ma, todo esse panorama histórico faz com que hoje exista no país uma cultura "ocidental", na qual os indi-  
 22 víduos são considerados a utilizar transporte individual, sobretudo os carros de passeio e de congestionamentos.

23 Portanto, dependendo da necessidade de intervenções que visam a reversão de cenário, urge, cabe  
 24 ao Ministério de Desenvolvimento Regional investir na qualidade e quantidade dos meios de transporte nas  
 25 cidades brasileiras, por meio de parcerias com empresas privadas - beneficiadas com subsídios fiscais -, a  
 26 fim de promover a ampliação e revitalização do setor urbano. Paralelamente, é dever do Setor Especial  
 27 de Transportes do Ministério da Infraestrutura organizar, com vistas a conscientizar a população,  
 28 campanhas informativas de abrangência nacional, mediante a veiculação midiática - televisiva,  
 29 eletrônica, digital e impressa -, que abordem os impactos do transporte individual no trânsito e incen-  
 30 tiva a utilização de meios coletivos. Assim, o Brasil se distanciará de caos retratado em "130 Km".

No documentário brasileiro “130km: Vida ao Extremo”, é abordado o drama diário vivenciado no trânsito por quatro moradores da periferia de São Paulo. De maneira análoga, essa e outras grandes cidades do Brasil encontram-se marcadas pelo caos oriundo das dificuldades de deslocamento de pessoas e de bens, posto que a deficiência dessa atividade é responsável por infortúnios como poluição sonora, congestionamentos, acidentes de transporte e sobrecarga do espaço físico. Sendo assim, urge a análise e a resolução da problemática, sob os prismas do planejamento urbano e da mentalidade social, respectivamente.

A princípio, é indubitável que o óbice em questão tem como uma de suas principais causas a desordem presente nos principais núcleos urbanos. De acordo com o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, não é possível entender uma sociedade sem a compreensão de eventos que marcaram sua história. Nessa perspectiva, constata-se que a urbanização repentina e desenfreada — ocorrida, especialmente, a partir da década de 1970 — provocou a desorganização do processo de ocupação. Dessarte, sem o devido planejamento urbano, as grandes cidades são assinaladas por infraestruturas inadequadas, que acabam se refletindo na qualidade da locomoção, haja vista que propiciam a limitação de modais de transportes e o sucateamento do sistema público de deslocamento.

Ademais, é imprescindível ressaltar a existência de uma cultura de valorização do transporte individual, em especial, o carro. Incontestavelmente, a mentalidade social hodierna deriva do apoio excessivo do governo ao rodoviarismo desde o mandato de Juscelino Kubitschek, momento em que indústrias automobilísticas se instalaram em massa no país. Tal processo é intensificado com a glamourização de veículos proposta pela mídia — o que caracteriza a “Indústria Cultural” de Theodor Adorno, uma vez que constitui a manipulação ideológica baseada em arte, comunicação e tecnologias —, principalmente pelo cinema hollywoodiano. Dessa forma, todo esse panorama histórico fez com que hoje exista no país uma cultura “carrocêntrica”, na qual os indivíduos são convencidos a utilizar transportes individuais, aumentando o número de veículos e de congestionamentos.

Portanto, depreende-se a necessidade de intervenções que visem a reversão do cenário. Logo, cabe ao Ministério de Desenvolvimento Regional investir na variedade e qualidade dos modais de transportes nas cidades brasileiras, por meio de parcerias com empresas privadas — beneficiadas com subsídios fiscais —, a fim de promover a ampliação e revitalização da frota urbana. Paralelamente, é dever da Secretaria Especial de Transportes do Ministério da Infraestrutura organizar, com vistas a conscientizar a população, campanhas informativas de abrangência nacional, mediante a veiculação midiática — televisiva, radiofônica, digital e impressa —, que abordem os impactos do transporte individual no trânsito e incentivem a utilização de modais coletivos. Assim, o Brasil se distanciará do caos retratado em “130km”.

# Laysa Maria Lacerda

Idade: 17 anos

Cidade: Mauriti

Estado: Ceará

Tema: Embate entre igualdade e globalização na sociedade contemporânea

meSalva!

## FOLHA DEFINITIVA - REDAÇÃO ENEM

**Instruções:**

1. Utilize, preferencialmente, caneta esferográfica azul ou preta;
2. Informe o código da proposta de redação (Exemplo REDP01);
3. Se desejar apresentar um título, escreva-o na primeira linha;
4. Respeite as margens do espaço destinado à redação.

**Proposta de Redação:**

Embate entre igualdade e globalização na sociedade contemporânea

1 O filme sul-coreano "Parasita", que retrata os conflitos de uma família do subúrbio de Seul, demonstra a assimetria e a forte presença do  
2 parasitismo nas relações entre ricos e pobres. Simbolicamente à obra cinematográfica, pontua-se que a globalização, historicamente, apresenta  
3 contradições que vão de encontro ao princípio de igualdade nos vértices do globo em sua totalidade, abrangendo diferentes convergências nos temas  
4 centrais de "Parasita". Então, urge que se analise e se não mitigue a exclusão técnico-econômica nos territórios nacionais e os desdobramen-  
5 tos múltiplos desse panorama para diversas localidades.

6 Devido, a intencionalidade de variados ramos do planeta não significou a notificação irreversível de todos os países no que diz respeito  
7 ao debate de avanços tecnológicos e de recursos. Nesse prisma, o sociólogo Pierre Bourdieu afirma que o que foi criado para ser ins-  
8 trumento de discriminação não pode ser transformado em meio de reprodução. Contudo, a globalização, que, a priori, assumiu um  
9 papel plenamente benéfico para todas as federações, assumiu abismos franceses no que tange às regiões, seja visto que, em seus  
10 Territórios parcela dos países, um grupo refeito de Estados, tal como detentores, abrem e controla um tipo de mecanismos econômi-  
11 cos centrais. Por conseguinte, Territórios nacionais, os quais não possuem designação de desenvolvimento, não impedem a ação da tecni-  
12 cidade no comércio internacional e na diplomacia, ao que se soma, por exemplo, o alargamento de exportação de produtos e a exploração de ma-  
13 dade de mão de obra barata pelos empresas multinacionais. Dessa maneira, é imprescindível a implementação de estratégias que contribuam para  
14 a consolidação de uma globalização seja baluarte seja a inonomia, conforme a assertiva de Bourdieu.

15 Ademais, a coerência de igualdade na Era da Informação impacta respectivamente aspectos comuns de vários estigmatizados pela  
16 repressão e pelo "primitivismo". Nessa ótica, países desprivilegiados de centralidade nos assuntos financeiros ficam sujeitos a crises de de-  
17 stino ao fomento de suas comunidades, tais quais: a exclusão digital, o aumento de "bolsões" de pobreza, a falta de conexão  
18 e a maior vulnerabilidade a crises. Em virtude disso, intensificam-se condições de vida insalubres e movimentos migratórios, que, majoritaria-  
19 mente, são encadeados com xenofobia pelas comunidades receptoras de imigrantes. Prova disso são os constantes ataques sofridos pela po-  
20 pulação síria após os deslocamentos de massa perpetrados da Guerra Civil da Síria. Portanto, é fulcral estí pulam medidas que visem a atenuar  
21 a resolução de problemáticas comunitárias advindas dos efeitos perniciosos da globalização e a autonomia independente de fronteiras.

22 Diante, faz-se primordial combater os distúrbios da globalização perante a igualdade na sociedade contemporânea. Por esse  
23 rios, a Organização das Nações Unidas (ONU), em conjunto com a Organização de Comércio e Desenvolvimento Econômico (OCDE)  
24 e com órgãos federais, deve, por intermédio de programas de cooperação e de inclusão no que se refere aos Estados, como o apoio mútuo na  
25 a evolução de aparatos tecnológicos de abrangência comunal, fomentar e expandir ações que promovam a redução de todos os tipos  
26 de abismos entre as localidades do globo com o fito de estabelecer relações equânimes gerais. Outrossim, também é dever da  
27 ONU difundir diligências voltadas aos estímulos do altruísmo e da utilidade para migrantes mediante campanhas de infôr-  
28 ma veiculadas nos meios sociais em diferentes linguagens a fim de desencadear posturas e comportamentos coletivos res-  
29 ponsáveis e desinteressados. Diante, não se são alternativas para que se alcance a universalização das benesses da glo-  
30 balização, mirando os prejuízos que desigualdades e a relação de parasitismo decorrida no filme "Parasita" ocasionam na atualidade.

O filme sul-coreano “Parasita”, o qual retrata o cotidiano de uma família do subúrbio de Seul, demonstra a assimetria e a forte presença do parasitismo nas relações entre ricos e pobres. Similarmente à obra cinematográfica, pontua-se que a globalização, hodiernamente, apresenta contradições que vão de encontro ao princípio de igualdade nas áreas do globo em sua totalidade, ensejando discrepâncias convergentes ao tema central de “Parasita”. Então, urge que se analise e se mitigue a exclusão técnico-econômica nos territórios nacionais e os desdobramentos maléficos desse panorama para diversas localidades.

Decerto, a interconexão de variados sítios do planeta não significou a satisfatória inclusão de todos os países no que diz respeito ao desfrute de aparatos tecnológicos e de recursos. Nesse prisma, o sociólogo Pierre Bourdieu afirma que o que foi criado para ser instrumento de democracia não pode ser transformado em meio de repressão. Contudo, a globalização, que, a priori, assumiria papel amplamente benéfico para todas as federações, avultou abismos financeiros no que tange às nações, haja vista que, em substancial parcela dos casos, um grupo seletivo de Estados, tidos como desenvolvidos, assumem o controle em face de mecanismos econômicos centrais. Por conseguinte, territórios nacionais que não possuem designação de desenvolvimento são impelidos à adesão da secundariedade no comércio internacional e na diplomacia, o que gera, por exemplo, balanças de exportação desfavoráveis e a exploração desmedida de mão de obra barata pelas empresas multinacionais. Dessa maneira, é imprescindível a sistematização de diligências que contribuam para a consolidação de uma globalização cujo baluarte seja a isonomia, conforme a assertiva de Bourdieu.

Ademais, a carência de igualdade na Era da Informação impacta negativamente aspectos comuns de áreas estigmatizadas pela segregação e pelo “periferismo”. Nessa óptica, países desprovidos de centralidade nas questões financeiras ficam sujeitos a óbices deletérios no funcionamento de suas comunidades, tais quais: a exclusão digital, o aumento de “bolsões” de pobreza, a fuga de cérebros e a maior suscetibilidade a crimes. Em virtude disso, intensificam-se condições de vida insalubres e movimentos migratórios, que, majoritariamente, são encarados com xenofobia pelas comunidades receptoras de imigrantes. Prova disso são os constantes ataques sofridos pela população síria, após os deslocamentos de massa resultantes da Guerra Civil da Síria. Portanto, é fulcral estipular medidas que instauem a atenuação de problemáticas comunitárias advindas dos efeitos perversos da globalização e a alteridade independente de fronteiras.

Destarte, faz-se primordial combater as distâncias da globalização perante a igualdade na sociedade contemporânea. Por esse viés, a Organização das Nações Unidas (ONU), em conjunto com a Organização de Comércio e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) e com órgãos federais, deve, por intermédio de programas de cooperação e de inclusão no que se refere aos Estados, como o apoio mútuo na evolução dos aparatos tecnológicos de abrangência comunal, fomentar e expandir ações que promovam a redução de todos os tipos de abismos entre as localidades do globo, com o fito de atemperar relações equânimes gerais. Outrossim, também é dever da ONU difundir diligências voltadas ao estímulo do altruísmo e da alteridade ante migrantes mediante campanhas de inferência veiculadas nas mídias sociais em diferentes linguagens a fim de desconstruir posturas e comportamentos coletivos xenofóbicos e desrespeitosos. Dessarte, criar-se-ão alternativas para que se alcance a universalização das benesses da globalização, minorando os prejuízos que as desigualdades e a relação de parasitismo deflagrada no filme “Parasita” ocasionam na atualidade.

# Yasmin Lisboa de Oliveira

Idade: 18 anos

Cidade: Curvelândia

Estado: Mato Grosso

Tema: A inclusão de pessoas com limitações físicas no Brasil

nome: Yasmin Lisboa  
 1h07m  simulado

## FOLHA DE REDAÇÃO

by @lumaeponto

1	De acordo com dados do site "Brasileiros", 4 em cada 10 profissionais com limitações
2	físicas já sofreram discriminação no ambiente de trabalho. Esse fato alarmante evidencia
3	a falta de inclusão de deficientes no Brasil, o que configura um cenário negativo no país.
4	Nesse contexto, podem-se apontar causas latentes de problema a insuficiência da lei, sem que tenham
5	se, as questões socioculturais.
6	Em primeiro plano, pode-se indicar como um exemplo a falta de uma inclusão a nível
7	governamental. Segundo o filósofo John Decker, "as leis fixam-se para os homens
8	e não para as leis". Ou seja, as leis criadas, um código legal deve ser pensado e atualizado
9	a políticas públicas para melhorar a vida das pessoas. Conquanto a isto, a Constituição Fo-
10	ederal de 1988 garante o direito à igualdade para todos os brasileiros. No entanto, de acordo
11	com o pensamento de Decker, essa legislação não é suficiente, pois, dado que a inclusão de
12	pessoas com limitações físicas não é uma realidade no Brasil, ela não tem sido pensada e
13	atualizada a políticas públicas pelas autoridades como deveria. Nesse sentido, sem projetos sociais
14	que por exemplo, promovam a conscientização social acerca do tema, uma solução é inviável.
15	Além disso, o aspecto econômico encontra-se um fator limitante na busca por mudança na realidade
16	social. Conforme Durkheim, o fato social é a memória coletiva de pensar. Sob essa lógica, é
17	possível perceber que a exclusão de deficientes físicos no cenário brasileiro é fortemente influen-
18	ciada pelo pensamento coletivo, uma vez que, se as pessoas não vivem inseridas em um contexto
19	social em que as limitações físicas são precedidas pela discriminação, como apontam os
20	dados do site "Brasileiros", a tendência é que tal ato ilegal persista no cenário brasileiro.
21	Logo, se o Estado não agir no sentido de reverter essa situação, a mentalidade social impu-
22	limentará o problema.
23	Portanto, para que os deficientes físicos sejam acolhidos socialmente no Brasil, me-
24	ditadas estratégias precisam ser tomadas. Isso se impõe, pois, que o MEC, em par-
25	ceria com outras secretarias, como o Ministério da Justiça, promova campanhas de conscientização, não só
26	a mudanças de mentalidade da população, mas também a ação social no sentido de exigir do
27	Estado uma melhor concretização da lei por meio de cartilhas e de pontos interativos, a fim
28	de que as pessoas com limitações físicas sejam plenamente incluídas no país. Assim, se-
29	gundo o filósofo de Decker, as leis terão como finalidade a melhoria da vida social.
30	
TEMA: A inclusão de pessoas com limitações físicas no Brasil.	
NOTA:	C1 C2 C3 C4 C5

De acordo com dados do site “Brasileiros”, 4 em cada 10 profissionais com limitações físicas já sofreram discriminação no ambiente de trabalho. Esse fato alarmante evidencia a falta de inclusão de deficientes no Brasil, o que configura um cenário nefasto no país. Nesse contexto, notam-se como causas latentes do problema a insuficiência da lei e, conseqüentemente, as questões socioculturais.

Em primeiro plano, pode-se indicar como empecilho à efetivação de uma solução a ineficiência governamental. Segundo o filósofo John Locke, “as leis fizeram-se para os homens e não para as leis”. Ou seja, ao ser criado, um código legal deve ser pensado e atrelado a políticas públicas para melhorar a vida das pessoas. Consoante a isto, a Constituição Federal de 1988 garante o direito à igualdade para todos os brasileiros. No entanto, de acordo com o pensamento de Locke, essa legislação não é suficiente, pois, dado que a inclusão de pessoas com limitações físicas não é uma realidade no Brasil, ela não tem sido pensada e atrelada a políticas públicas pelas autoridades como deveria. Desse modo, sem projetos sociais que, por exemplo, promovam a conscientização acerca do tema, uma solução é inalcançável.

Além disso, a problemática encontra terra fértil na lenta mudança de mentalidade social. Conforme Durkheim, o fato social é a maneira coletiva de pensar. Sob essa lógica, é possível perceber que a exclusão de deficientes físicos na sociedade brasileira é fortemente influenciada pelo pensamento coletivo, uma vez que, se as pessoas crescem inseridas em um contexto social em que as limitações físicas vêm precedidas pela discriminação, como apontam os dados do site “Brasileiros”, a tendência é que tal ato ilegal persista no cenário brasileiro. Logo, se o Estado não agir no sentido de reverter essa situação, a mentalidade social impulsionará o problema.

Portanto, para que os deficientes físicos sejam acolhidos socialmente no Brasil, medidas estratégicas precisam ser tomadas. Faz-se imperioso, pois, que o MEC, em parceria com redes sociais, como o Instagram, produza conteúdo de valor que instigue não só a mudança de mentalidade da população, mas também a ação social no sentido de exigir do Estado uma melhor concretização da lei, por meio de cartilhas e de posts interativos, a fim de que as pessoas com limitações físicas sejam plenamente incluídas no país. Assim, segundo a lógica de Locke, as leis terão como finalidade a melhora da vida social.

# Arthur Guimarães

Idade: 18 anos

Cidade: Goiânia

Estado: Goiás

Tema: Combate ao uso indiscriminado das tecnologias digitais de informação por crianças

meSalva!



PROPOSTA DE REDAÇÃO

REDL 11

Instruções:

- 01. Utilize, preferencialmente, caneta azul ou preta;
- 02. Informe o código da proposta de redação (Ex. RED01);
- 03. Se desejar usar um título, escreva-o na primeira linha;
- 04. Respeite as margens do espaço destinado à redação.

Arthur S. Guimarães

ASSINATURA DO ESTUDANTE

01 De acordo com o sociólogo positivista Durkheim, a "socialização primária" — sociologia  
 02 ção que ocorre nos primeiros anos de vida de um indivíduo, no núcleo social familiar — é defini-  
 03 tiva para o desenvolvimento intelectual e social ao longo de toda a vida das pessoas. Tendo isso em vista,  
 04 o uso indiscriminado das tecnologias digitais de informação por crianças causa problemas por ser, poten-  
 05 cialmente, prejudicial à socialização primária e, por isso, deve ser combatido. Assim, tanto a abin-  
 06 são quanto a construção de uma vida efêmera são problemas oriundos do abuso tecnológico durante a infância.  
 07 Primariamente, é interessante ressaltar que a abinção é um resultado do uso indiscriminado  
 08 das tecnologias de informação por crianças. Nesse sentido, o documentário de 2010, "O Milênio das Redes" nos  
 09 tra como as empresas tecnológicas contemporâneas, principalmente de redes sociais, operam de modo a pro-  
 10 duzir indivíduos abinidos que, por serem alheios à realidade, são mais <sup>propensos</sup> ao vício e, por consi-  
 11 guente, ao uso constante e indiscriminado de seus serviços e produtos. Logo, tendencioso o pensa-  
 12 mento acerca da "socialização primária" de Durkheim, de que as crianças são análogas a uma folha em  
 13 branco, fica claro que elas são os indivíduos mais vulneráveis à "escrita" de abinção dessas empresas  
 14 e, por isso, o uso exagerado de tecnologias é, especialmente, danoso e abinador durante os primeiros anos de vida.  
 15 Em segundo lugar, é importante salientar que o abuso tecnológico não tem a idade influencia a cons-  
 16 tuição de uma vida "líquida". Nesse sentido, o filósofo Zygmunt Bauman conceitua o termo "modernidade  
 17 líquida" ao explorar a efemeridade e a liquidez da vida moderna, em que os relacionamentos interpessoais,  
 18 por exemplo, possuem fragilidade e superficialidade semelhantes à instantaneidade das novas tecnologias, o que não  
 19 reflete a real complexidade da existência. Então, é evidente que o contato excessivo de crianças com mecanismos  
 20 digitais de informação reforça a ideia de que a instantaneidade inerente a esses mecanismos migra para fora  
 21 das telas, resultando na construção de uma vida que, além de ser espelho de uma socialização primária prejudicada  
 22 pelo abuso tecnológico, é baseada na liquidez das redes e ~~o~~ construída sobre efemeridade.  
 23 Portanto, é fato inconteste que tanto a abinção quanto a construção efêmera de vida são consequências de  
 24 uso indiscriminado das tecnologias digitais de informação por crianças, que deve ser combatido. Nesse sentido, para  
 25 combater tal abuso e, por conseguinte, a abinção e a futura efêmera da jovem, o MEC deve promover a conscientiza-  
 26 ção ~~dos~~ dos pais e adultos sobre os perigos do uso exagerado de tecnologias por crianças. Isso pode  
 27 ser feito por meio de publicidades televisivas e palestras nas universidades — que, especialmente, apresentem  
 28 alternativas de entretenimento tecnológico, como a leitura familiar. Com isso, o uso indiscriminado  
 29 de tecnologias de informação por crianças brasileiras será atenuado e a abinção e a liquidez escritas nos folhos  
 30 no branco concebidos por Durkheim darão lugar a um crescimento saudável e consciente.

De acordo com o sociólogo positivista Durkheim, a “socialização primária” – socialização que ocorre nos primeiros anos de vida de um indivíduo, no núcleo social familiar – é definitiva para o desenvolvimento intelectual e social ao longo de toda a vida das pessoas. Tendo isso em vista, o uso indiscriminado das tecnologias digitais de informação por crianças causa problemas por ser, potencialmente, prejudicial à socialização primária e, por isso, deve ser combatido. Assim, tanto a alienação quanto a construção de uma vida efêmera são problemas oriundos do abuso tecnológico durante a infância.

Primeiramente, é interessante ressaltar que a alienação é um resultado do uso indiscriminado das tecnologias de informação por crianças. Nesse sentido, o documentário de 2020, “O Dilema das Redes”, mostra como as empresas tecnológicas contemporâneas, principalmente de redes sociais, operam de modo a produzir cidadãos alienados que, por serem alheios à realidade, são mais propensos ao vício e, por conseguinte, ao uso constante e indiscriminado de seus serviços e produtos. Logo, evidenciando o pensamento acerca da da “socialização primária” de Durkheim, de que as crianças são análogas a uma folha em branco, fica claro que elas são os indivíduos mais vulneráveis à “escrita” de alienação dessas empresas e, por isso, o uso exagerado de tecnologias é, especialmente, danoso e alienador durante os primeiros anos de vida.

Em segundo lugar, é importante salientar que o abuso tecnológico na tenra idade influencia a construção de uma vida “líquida”. Desse modo, o filósofo Zygmunt Bauman conceitua o termo “modernidade líquida” ao explorar a efemeridade e a liquidez da vida moderna, em que os relacionamentos interpessoais, por exemplo, possuem fragilidade e superficialidade semelhantes à instantaneidade das novas tecnologias, o que não reflete a real complexidade da existência. Então, é evidente que o contato excessivo de crianças com mecanismos digitais de informação edifica a ideia de que a instantaneidade inerente a esses mecanismos migra para fora das telas, resultando na construção de uma vida que, além de ser espelho de uma socialização primária prejudicada pelo abuso tecnológico, é baseada na liquidez das redes e construída sobre efemeridade.

Portanto, é fato incontestável que tanto a alienação quanto a construção efêmera da vida são consequências do uso indiscriminado das tecnologias digitais de informação por crianças, que deve ser combatido. Nesse sentido, para combater tal abuso e, por conseguinte, a alienação e o futuro efêmero dos jovens, o MEC deve promover a conscientização dos pais e adultos sobre os perigos do uso exagerado de tecnologias por crianças. Isso pode ser feito por meio de publicidades televisivas e palestras nas universidades – que, especialmente, apresentem alternativas ao entretenimento tecnológico, como a literacia familiar. Com isso, o uso indiscriminado de tecnologias de informação por crianças brasileiras será atenuado e a alienação e a liquidez escritas nas “folhas em branco” conceituadas por Durkheim darão lugar a um crescimento saudável e consciente.

## Paulo Henrique de Sousa Melo

Idade: 19 anos

Cidade: Boa Viagem

Estado: Ceará

Tema: Caminhos para reduzir a violência urbana no Brasil

meSalva!



PROPOSTA  
DE REDAÇÃO

3º Simulado 2020

**Instruções:**

01. Utilize, preferencialmente, caneta azul ou preta;
02. Informe o código da proposta de redação (Ex. RED01);
03. Se desejar usar um título, escreva-o na primeira linha;
04. Respeite as margens do espaço destinado à redação.

ASSINATURA DO ESTUDANTE

01 Assaltos, roubos, mortes. Tais aspectos estão, lamentavelmente, atrelados a muitas  
02 cidades brasileiras. Nesse contexto, seja em função da exiguidade de investimen-  
03 tes na educação, seja em decorrência da corrupção policial, a  
04 violência urbana, no Brasil, é uma realidade atual. Diante disso, é  
05 preciso buscar caminhos que revertam esse cenário adverso, que traz  
06 insegurança à população brasileira.

07 Primeiramente, pontua-se o pouco fomento educacional como um preterito do impasse.  
08 Acerca disso, o educador brasileiro Paulo Freire defende o poder transformador da edu-  
09 cação, a qual pode influenciar nos rumos da sociedade. Contudo, substancial parte  
10 da populacional, sobretudo a de regiões periféricas, não tem contato com esse  
11 potencial educativo elencado por Freire, haja vista o ínfimo investimento do  
12 Estado em tais áreas, o que contribui para a entrada dos jovens no meio criminal.  
13 Assim, enquanto não houver incentivo estatal à formação digna da população,  
14 existirá a predominância da criminalidade e da violência.

15 Além disso, as práticas corruptas da polícia influenciam na problemática. Nesse  
16 sentido, a série televisiva brasileira "Bom dia, Verônica" retrata o envolvimento do corpo po-  
17 licial com facções criminosas, o que prejudica o andamento das ações desenhadas no  
18 Departamento de Homicídios. De maneira análoga à produção ficcional, as polícias  
19 civil e militar brasileiras, que deveriam atender às demandas sociais, envolvem-se  
20 constantemente com casos de corrupção, o que desemboca na pouca atenuação da violência, já  
21 que a própria instituição disciplinadora, em alguns casos, esaduma com práticas criminosas. Dessarte,  
22 surge o reforço dos mecanismos fiscalizadores, a fim de minimizar esse comportamento.

23 Portanto, caminhos são necessários para reduzir a violência urbana no Brasil. Para tanto,  
24 cabe ao Ministério da Educação - devido ao seu papel essencial na formação dos indivíduos -, por  
25 meio de direcionamento de verbas às instituições de ensino situadas em áreas da periferia, abacom-  
26 car o processo formativo dos estudantes, com vistas a afastá-los da criminalidade e, assim, evitar a  
27 participação desse grupo em atos delituosos e violentos. Em acréscimo, é dever do Ministério de Justi-  
28 ça realizar vitórias nos âmbitos policiais, com o fito de frear a corrupção nesses setores e, por con-  
29 sequinte, ter um órgão atuante no combate à violência urbana. Dessa forma, assaltos,  
30 roubos e mortes serão aspectos desvinculados das cidades brasileiras.

Assaltos. Roubos. Mortes. Tais aspectos estão, lamentavelmente, atrelados a muitas cidades brasileiras. Nesse contexto, seja em função da exiguidade de investimentos na educação, seja em decorrência da corrupção policial, a violência urbana, no Brasil, é uma realidade atual. Diante disso, é preciso buscar caminhos que revertam esse cenário adverso, que traz insegurança à população brasileira.

Primordialmente, pontua-se o pouco fomento educacional como um promotor do impasse. Acerca disso, o educador brasileiro Paulo Freire defende o poder transformador da educação, a qual pode influenciar nos rumos da sociedade. Contudo, substancial parcela populacional, sobretudo a de regiões periféricas, não tem contato com esse potencial educativo elencado por Freire, haja vista o ínfimo investimento do Estado em tais áreas, o que contribui para a entrada dos jovens no meio criminal. Assim, enquanto não houver incentivo estatal à formação digna da população, existirá a predominância da criminalidade e da violência.

Além disso, as práticas corruptas da polícia influenciam na problemática. Nesse sentido, a série televisiva brasileira “Bom dia, Verônica” retrata o envolvimento do corpo policial com facções criminosas, o que prejudica o andamento das ações desenvolvidas no Departamento de Homicídios. De maneira análoga à produção ficcional, as polícias civil e militar brasileiras, que deveriam atender às demandas sociais, envolvem-se constantemente com casos de corrupção, o que desemboca na pouca atenuação da violência, já que a própria instituição disciplinadora, em alguns casos, coaduna com práticas criminosas. Dessarte, urge o reforço dos mecanismos fiscalizadores, a fim de minimizar esse comportamento.

Portanto, caminhos são necessários para reduzir a violência urbana no Brasil. Para tanto, cabe ao Ministério da Educação — devido ao seu papel essencial na formação dos indivíduos —, por meio do direcionamento de verbas às instituições de ensino situadas em áreas da periferia, alavancar o processo formativo do estudantes, com vistas a afastá-los da criminalidade e, assim, evitar a participação desse grupo em atos delituosos e violentos. Em acréscimo, é dever do Ministério da Justiça realizar vitórias nos âmbitos policiais, com o fito de frear a corrupção nesses setores e, por conseguinte, ter um órgão atuante no combate à violência urbana. Dessa forma, assaltos, roubos e mortes serão aspectos desvinculados das cidades brasileiras.

# Iasmin Corrêa Araújo

Idade: 17 anos

Cidade: Divinópolis

Estado: Minas Gerais

Tema: Desafios da alimentação escolar no Brasil



PROPOSTA DE REDAÇÃO NPR 98 - "Desafios da alimentação escolar no Brasil!"

Instruções:

- 01. Utilize, preferencialmente, caneta azul ou preta;
- 02. Informe o código da proposta de redação (Ex. RED01);
- 03. Se desejar usar um título, escreva-o na primeira linha;
- 04. Respeite as margens do espaço destinado à redação.

Iasmin Corrêa Araújo

ASSINATURA DO ESTUDANTE

01 A história de superação da deputada (Tábata Amaral) foi exibida em diversos veículos  
 02 de comunicação, destacando a importância da educação na vida dela. Tábata tem or-  
 03 gem humilde e, após ser medalhista da Olimpíada de Matemática, obteve ajuda em diversas  
 04 níveis de sua vida, incluindo a alimentação escolar de qualidade que lhe era oferecida. Infeliz-  
 05 mente, casos como o da deputada não são comuns na realidade brasileira: a precarização da edu-  
 06 cação no Brasil leva a uma péssima alimentação escolar que, por sua vez, reflete, cada vez  
 07 mais, a desigualdade social no país. Nesse sentido, é imprescindível que se aja para modificar a  
 08 estrutura vigente.

09 De início, urge observar o descaso do Poder Público com a educação e as consequências disso para os  
 10 estudantes brasileiros. Sob essa ótica, segundo a historiografia, durante o Governo Dutra, de 1935  
 11 a 1950, foi proposto o Plano SALTE, no qual cada <sup>letra</sup> inicial da sigla corresponde à inicial de uma prio-  
 12 ridade do Estado. Os historiadores evidenciam a letra "E", que remete à Educação, e não à Educação.  
 13 Tal realidade, na qual não se prioriza a educação, ainda se faz presente na contemporaneidade. Com  
 14 isso, a escassa renda destinada às escolas não é distribuída corretamente, não conseguindo  
 15 suprir as necessidades da alimentação dos estudantes.

16 Consequentemente, apenas os alunos em melhores condições sociais têm acesso a uma merenda de quali-  
 17 dade. Nessa perspectiva, a realidade da alimentação escolar brasileira evidencia a desigualdade social do país.  
 18 Acerca disso, o indicador demográfico "Índice de Gini" mostra a concentração de renda existente no  
 19 mundo e coloca o Brasil na lista dos dez países mais desiguais do planeta. Dessa forma, nos locais  
 20 em que há mais pessoas em situação de vulnerabilidade social - indivíduos que, muitas vezes, desfrutam  
 21 da única refeição de dia na escola - são os lugares mais negligenciados pelo governo. Por conseguinte, au-  
 22 mentam as taxas de evasão escolar e o desenvolvimento dos alunos é reduzido. Assim, ao contrário de ser  
 23 um lugar que possibilita a transformação e a ascensão sociais - como na história de Tábata -, a escola,  
 24 ao deixar de oferecer uma alimentação de qualidade aos alunos, torna-se um ambiente de manutenção de desigualdades.

25 Portanto, os poderes Executivo e Legislativo devem, inicialmente, por meio da criação e execução de  
 26 uma lei, aumentar a verba destinada à educação dando atenção especial à alimentação escolar. Depois  
 27 disso, os agentes citados, com o fim de melhorar a situação da merenda das escolas brasileiras, devem fis-  
 28 calzar o uso da verba distribuída pela lei proposta anteriormente, por meio da criação de canais para de-  
 29 nunciar de irregularidades, que serão amplamente divulgados, durante 2 anos, pelos meios de comunicação. Es-  
 30 para-se, finalmente, que, com isso, possam existir muitas Tábatas no Brasil.

A história de superação da deputada Tábata Amaral foi exibida em diversos veículos de comunicação, destacando a importância da educação na vida dela. Tábata tem origem humilde e, após ser medalhista da Olimpíada de Matemática, obteve ajuda em diversos níveis de sua vida, incluindo a alimentação escolar de qualidade que lhe era oferecida. Infelizmente, casos como o da deputada não são comuns na realidade brasileira: a precarização da educação no Brasil leva a uma péssima alimentação escolar que, por sua vez, reflete, cada vez mais, a desigualdade social no país. Nesse sentido, é imprescindível que se aja para modificar a estrutura vigente.

De início, urge observar o descaso do Poder Público com a educação e as consequências disso para os estudantes brasileiros. Sob essa ótica, segundo a historiografia, durante o Governo Dutra, de 1945 a 1950, foi proposto o Plano SALTE, no qual cada letra na sigla corresponde à inicial de uma prioridade do Estado. Os historiadores evidenciam a letra “E”, que remete à energia, e não à educação. Tal realidade, na qual não se prioriza a educação, ainda se faz presente na contemporaneidade. Com isso, a escassa renda destinada às escolas não é distribuída corretamente, não conseguindo suprir as necessidades de alimentação dos estudantes.

Consequentemente, apenas os alunos em melhores condições sociais têm acesso a uma merenda de qualidade. Nessa perspectiva, a realidade da alimentação escolar brasileira evidencia a desigualdade social do país. Acerca disso, o indicador demográfico “Índice de Gini” mostra a concentração de renda existente no mundo e coloca o Brasil na lista dos dez países mais desiguais do planeta. Dessa forma, nos locais em que há mais pessoas em situação de vulnerabilidade social — indivíduos que, muitas vezes, desfrutam da única refeição do dia na escola — são os lugares mais negligenciados pelo governo. Por conseguinte, aumentam as taxas de evasão escolar e o desenvolvimento dos alunos é reduzido. Assim, ao contrário de ser um lugar que possibilita a transformação e a ascensão sociais — como na história de Tábata —, a escola, ao deixar de oferecer uma alimentação de qualidade aos alunos, torna-se um ambiente de manutenção de desigualdades.

Portanto, os poderes Executivo e Legislativo devem, inicialmente, por meio da criação e execução de uma lei, aumentar a verba destinada à educação, dando atenção especial à alimentação escolar. Depois disso, os agentes citados, com o fito de melhorar a situação da merenda das escolas brasileiras, devem fiscalizar o uso da verba distribuída pela lei proposta anteriormente, por meio da criação de canais para denúncia de irregularidades, que serão amplamente divulgados, durante 2 anos, pelos meios de comunicação. Espera-se, finalmente, que, com isso, possam existir muitas Tábatas no Brasil.

## Mateus Campello Rangel Rodrigues

Idade: 18 anos

Cidade: São Paulo

Estado: São Paulo

Tema: A importância do uso de tecnologias no cenário escolar

S T Q Q S S D

A Indústria 4.0 é um conceito criado pelo alemão Klaus Schwab e diz respeito à ascensão das tecnologias que inovarão a sociedade. No campo educacional, a tecnologia é uma grande aliada na formação e no ensino de crianças e adolescentes e sua presença é de suma importância. Entretanto, sobretudo no cenário brasileiro, a desigualdade social impede o pleno acesso dos alunos à tecnologia e a falta de infraestrutura nas escolas é um obstáculo para a incorporação tecnológica.

Em primeiro plano, ressalta-se a problemática da extrema desigualdade social brasileira, resultando numa segregação tecnológica, na qual o contato com essas inovações se torna uma realidade distante para uma substancial parcela de alunos. Nesse viés, a cidade de Melgaço, no Pará, é um exemplo dessa desigualdade, visto que é detentora do pior IDH do país e seus moradores não contam com saneamento básico nem energia elétrica. Dessa maneira, a pobreza e a marginalidade impedem muitas crianças e adolescentes de se apropriarem das tecnologias, como a internet, os computadores e os celulares, imprescindíveis, tanto para o ensino remoto como para o acesso fácil e rápido a conteúdos escolares, auxiliares no processo de aprendizagem.

Ademais, nota-se a falta de infraestrutura, principalmente no ensino público brasileiro, como empecilho à inovação tecnológica, haja vista o pouco investimento governamental no âmbito escolar, além da ausência de uma formação docente especializada. Para tanto, o artigo 6 da Constituição Federal garante a educação a todo cidadão, no entanto, o ensino remoto, necessário na pandemia do COVID-19, foi um privilégio aos alunos de instituições particulares, ao passo que os estudantes do ensino público tiveram seu ano letivo comprometido. Outrossim, muitos professores não estão aptos a lidar com o ensino remoto e com outras ferramentas tecnológicas em sala de aula, como quadros interativos e apps educacionais. Por conseguinte, vê-se a negligência do Governo para com grande parte dos alunos e o descumprimento da Constituição Federal.

Dessarte, depende-se a essencialidade de uma igualdade social e de uma infraestrutura escolar de qualidade para uma melhor educação nacional. Cabe, portanto, ao Governo investir no setor educacional, proporcionando um ambiente tecnológico aos alunos, além de capacitar um corpo docente apto às inovações, por meio de cursos e palestras, bancados pelo Governo, a fim de que a tecnologia possa beneficiar e inovar a educação e a sociedade.

A Indústria 4.0 é um conceito criado pelo alemão Klaus Schwab e diz respeito à ascensão das tecnologias que inovarão a sociedade. No campo educacional, a tecnologia é uma grande aliada na formação e no ensino de crianças e adolescentes, e sua presença é de suma importância. Entretanto, sobretudo no cenário brasileiro, a desigualdade social impede o pleno acesso dos alunos à tecnologia e a falta de infraestrutura nas escolas é um obstáculo para a incorporação tecnológica.

Em primeiro plano, ressalta-se a problemática da extrema desigualdade social brasileira, resultando numa segregação tecnológica, na qual o contato com essas inovações se torna uma realidade distante para uma substancial parcela de alunos. Nesse viés, a cidade de Melgaço, no Pará, é um exemplo dessa desigualdade, visto que é detentora do pior IDH do país e seus moradores não contam com saneamento básico nem energia elétrica. Dessa maneira, a pobreza e a marginalidade impedem muitas crianças e adolescentes de se apropriarem das tecnologias, como a internet, os computadores e os celulares, imprescindíveis, tanto para o ensino remoto como para o acesso fácil e rápido a conteúdos escolares, auxiliares no processo de aprendizagem.

Ademais, nota-se a falta de infraestrutura, principalmente no ensino público brasileiro, como empecilho à inovação tecnológica, haja vista o pouco investimento governamental no âmbito escolar, além da ausência de uma formação docente especializada. Para tanto, o artigo 6 da Constituição Federal garante a educação a todo cidadão, não obstante, o ensino remoto, necessário na pandemia do COVID-19, foi um privilégio aos alunos de instituições particulares, ao passo que os estudantes do ensino público tiveram seu ano letivo comprometido. Outrossim, muitos professores não estão aptos a lidar com o ensino remoto e com outras ferramentas tecnológicas em sala de aula, como quadros interativos e apps educacionais. Por conseguinte, vê-se a negligência do Governo para com grande parte dos alunos e o descumprimento da Constituição Federal.

Dessarte, depreende-se a essencialidade de uma igualdade social e de uma infraestrutura escolar de qualidade para melhorar a educação nacional. Cabe, portanto, ao Ministério da Educação investir no setor, proporcionando um ambiente tecnológico aos alunos, além de capacitar um corpo docente apto às inovações, por meio de cursos e palestras, bancados pelo Governo, a fim de que a tecnologia possa beneficiar e inovar a educação e a sociedade.

# Mariana Braz Maia

Idade: 17 anos

Cidade: João Pessoa

Estado: Paraíba

Tema: HIV e AIDS: desafios para a erradicação na população brasileira

Nome: \_\_\_\_\_

**FOLHA DE REDAÇÃO**

1 O artigo 196 da Constituição Federal decreta que a saúde é um direito de todos e  
 2 dever do Estado, que será <sup>conseguido</sup> garantido mediante o tratamento e, sobretudo, a prevenção de doen-  
 3 ças. Por sua vez, no Brasil moderno, nota-se que tal garantia não se concretiza na prática, vis-  
 4 to que doenças imunopresistentes - com destaque para a AIDS, causada pelo vírus HIV -  
 5 permanecem no país, afetando o bem-estar da população. Curim, é válido analisar os entor-  
 6 nos que impedem a sua erradicação, como a negligência estatal e o estigma sobre a síndrome.  
 7  
 8 Cumpre, portanto, indubitável que a perpetuação da AIDS entre os brasileiros é reflexo da in-  
 9 suficiente administração do sistema de saúde pública, comprometendo medidas preventivas. Sobre  
 10 se rios, é pertinente a área da filosofia que estuda a interferência do homem sobre a própria in-  
 11 da: a Bioética. Com efeito, um dos seus pilares é a justiça, que estabelece a necessidade da di-  
 12 stribuição equitativa dos recursos para a saúde. De modo, inferir-se que o Estado nacional rompe es-  
 13 se princípio ao que tange aos casos de HIV, uma vez que não apenas o acesso aos antirretrovir-  
 14 ais que tratam a AIDS é dificultado principalmente em regiões mais pobres, como também a  
 15 profilaxia de pré-exposição aos vírus - fornecimento de preservativos, por exemplo - é poucemen-  
 16 tado em território nacional, permitindo, de forma nociva, a difusão de uma infecção evitável.  
 17  
 18 Outro rim, é a mídia que pressupostos colutivos sobre AIDS e HIV afetam seu combate,  
 19 pois disseminam informações falsas sobre a enfermidade. Nessa perspectiva, é cabível o filme  
 20 "Clube de compras Dallas", que retrata um homem heterossexual, que é diagnosticado como sor-  
 21 positivo, mas não aceita tal fato por não ser "coisa de homem". Destarte, é evidente que essa obra  
 22 é ilustrativa da realidade da nação, haja vista que a ideia preconceituosa de que a AIDS é  
 23 exclusivamente suscetível à população LGBT, ainda vigora na mentalidade social, im-  
 24 possibilitando tanto o reconhecimento da importância do tratamento, quanto da efetiva  
 25 proteção diante das diferentes formas de contágio.  
 26  
 27 Portanto, entende-se que é vital subverter a conjuntura que permite a continuidade  
 28 de HIV e da AIDS. Logo, cabe ao Ministério da Saúde - órgão do Poder Executivo respon-  
 29 sável por administrar o sistema de saúde pública - intensificar as campanhas de alerta acer-  
 30 ca da AIDS e seu vírus, tornando-as mensais. Diante disso, tais eventos ocorrerão por meio de  
 visitas de profissionais da saúde em domicílios e estabelecimentos privados, que fornecerão  
 preservativos e orientações de prevenção à infecção, a fim de favorecer a erradicação da en-  
 fermeidade, permitindo que a máxima do artigo 196 se realize.

COMPETÊNCIA		NOTAS				
		40	80	120	160	200
I	Norma culta (Domínio de regras gramaticais, levando em consideração alguns critérios relacionados à ortografia, concordância, regência etc.)					
II	Compreensão da proposta de redação (Obedecer à proposta temática e à tipologia textual.)					
III	Seleção/Organização de argumento (Organizar e interpretar fatos, informações, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.)					
IV	Construção da argumentação (Coesão e coerência: Emprego de elementos que contribuem para a construção da argumentação: conectivos, pronomes e expressões.)					

O artigo 196 da Constituição Federal decreta que a saúde é um direito de todos e dever do Estado que será assegurado mediante o tratamento e, sobretudo, a prevenção de doenças. Por sua vez, no Brasil hodierno, nota-se que tal garantia não se concretiza na prática, visto que doenças imunopreveníveis — com destaque para a AIDS, causada pelo vírus HIV — permanecem no país, afetando o bem-estar da população. Assim, é válido analisar os entraves que impedem a sua erradicação, como a negligência estatal e o estigma sobre a síndrome.

A princípio, é indubitável que a perpetuação da AIDS entre os brasileiros é reflexo da insuficiente administração do sistema de saúde público, comprometendo medidas preventivas. Sob esse viés, é pertinente a área da Filosofia que estuda a interferência do homem sobre a própria vida: a Bioética. Com efeito, um dos seus pilares é a justiça, que estabelece a necessidade da divisão equitativa dos recursos para a saúde. Desse modo, infere-se que o Estado nacional rompe esse princípio no que tange aos casos de HIV, uma vez que não apenas o acesso aos antirretrovirais que tratam a AIDS é dificultado, principalmente em regiões mais pobres, como também a profilaxia de pré-exposição ao vírus — fornecimento de preservativos, por exemplo — é pouco estimulada em território nacional, permitindo, de forma nociva, a difusão dessa infecção evitável.

Outrossim, é nítido que pressupostos coletivos sobre AIDS e HIV afetam seu combate, pois disseminam informações falsas sobre a enfermidade. Nessa perspectiva, é cabível o filme “Clube de compras Dallas”, que retrata um homem homossexual que é diagnosticado como soropositivo, mas não aceita tal fato por não ser “coisa de homem”. Destarte, é evidente que essa obra é ilustrativa da realidade da nação, haja vista que a ideia preconceituosa de que a AIDS é exclusivamente suscetível à população LGBT ainda vigora na mentalidade social, impossibilitando tanto o reconhecimento da importância do tratamento quanto a efetiva proteção diante das diferentes formas de contágio.

Portanto, entende-se que é vital subverter a conjuntura que permite a continuidade do HIV e da AIDS. Logo, cabe ao Ministério da Saúde — órgão do Poder Executivo responsável por administrar o sistema de saúde pública — intensificar as campanhas de alerta acerca da AIDS e seu vírus, tornando-as mensais. Diante disso, tais eventos ocorrerão por meio de visitas de profissionais da saúde em domicílios e estabelecimentos privados, que fornecerão preservativos e orientações de prevenção à infecção, a fim de favorecer a erradicação da enfermidade, permitindo que a máxima do artigo 196 se realize.

# Tairone Araújo Mendonça

Idade: 23 anos

Cidade: Rio Grande

Estado: Rio Grande do Sul

Tema: A necessidade de respeito à identidade de gênero no Brasil

meSalva!



*Tairone A. Mendonça*  
ASSINATURA DO ESTUDANTE

- Instruções:  
 01. Utilize, preferencialmente, caneta azul ou preta;  
 02. Informe o código da proposta de redação (Ex. RED01);  
 03. Se desejar usar um título, escreva-o na primeira linha;  
 04. Respeite as margens do espaço destinado à redação.

01 **R**oberto Barroso, ministro do STF, no livro "Interpretação e Aplicação da Constituição", a-  
 02 diz que o empimento da Lei Maria e o signo de aproximação da proibição normativa  
 03 à feminidade, todavia, quando trazida à tona, a necessidade de respeito à identidade  
 04 de gênero no Brasil, constata-se que tal ideal, em virtude de discussões educacionais,  
 05 não exsurge da abstração jurídica à prática. Nesse item, o direito à dignidade e vida de-  
 06 **D**iante desse contexto, deve-se pontuar que o desrespeito à identidade de gênero funda-  
 07 menta-se em impedimentos de ordem educacional. Conforme Barroso, a Carta Magna tem por es-  
 08 cape manter a estabilidade, o equilíbrio e o bem-estar social. Entretanto, o modelo do  
 09 ensino de país, segundo o pensador brasileiro Paulo Freire, ainda sofre muita influência do  
 10 positivismo, o qual possui um padrão exalar análogo ao de uma fábrica, no qual, os es-  
 11 alunos não são estimulados a pensar, e sim a produzir. Dessa maneira, não aprendem  
 12 sobre a importância do respeito aos transexuais. Um sistema desse mostra-se evidente  
 13 no fato de que, de acordo com o jornal "Estadão" — cerca de 20% dos estudantes da  
 14 região declararam que não gostariam de passar a noite com uma pessoa LGBT na sala de aula.  
 15 **N**esse âmbito, em educandários, nos quais o desempenho dos alunos em aprenderem  
 16 boas notas é prioritário em detrimento do aprendizado básico, como o respeito aos tran-  
 17 gêneros, a tendência é a de que a problemática da intolerância contra essas indi-  
 18 víduas se perpetue. Comente à intelectual Dr. Marilene Affonso, os educandários brasi-  
 19 leiros estão habituados a transformar em as diferenças em desigualdade. Deste modo, como  
 20 os educandos não aprendem que o que não lhes é semelhante não é necessariamente,  
 21 um inimigo, a maioria do desrespeito punido, violando o direito das vítimas, dume-  
 22 nel à dignidade, já que, nessa conjuntura, sofre com a discriminação e este é  
 23 mesmo o ciclo da violência.  
 24 **P**ortanto, o caminho para o respeito à identidade de gênero está na educação. Isso é  
 25 o Estado, por intermédio do Ministério da Educação — órgão regente das instituições de ensino,  
 26 há de proporcionar o aprendizado de tolerância nas escolas. Para isso, deve, por meio de  
 27 pedagogo e sociólogos, ensinar aos alunos que os transexuais devem ser respeitados,  
 28 pois também são seres humanos. Com isso, a garantia fundamental de ser pensos  
 29 à dignidade, sua fortaleza, aproximando, então, o Brasil do ideal proposto  
 30 do pelo magistrado Luis Roberto Barroso.

Roberto Barroso, ministro do STF, no livro “Interpretação e Aplicação da Constituição”, aduz que o cumprimento da Lei Maior é o signo de aproximação da previsão normativa à facticidade. Todavia, quando trazida à baila a necessidade de respeito à identidade de gênero no Brasil, constata-se que tal ideal, em virtude de obstáculos educacionais, não exsurge da abstração jurídica à prática. Nesse liame, o direito à dignidade é violado.

Diante desse contexto, deve-se pontuar que o desrespeito à identidade de gênero fundamenta-se em impeditivos de ordem educacional. Conforme Barroso, a Carta Magna tem por escopo nortear a coletividade ao equilíbrio e ao bem-estar social. Entretanto, o modelo de ensino do país, segundo o pensador brasileiro Paulo Freire, ainda sofre muita influência do positivismo, o qual prevê um padrão escolar análogo ao de uma fábrica, na qual os alunos não são estimulados a pensar, e sim a produzir. Dessa maneira, não aprendem sobre a importância do respeito aos transexuais. Um sintoma disso mostra-se evidente no fato de que — de acordo com o Jornal Estadão — cerca de 20% dos estudantes da nação declararam que não gostariam da presença de uma pessoa LGBTQ+ na sala de aula.

Nesse timbre, em educandários nos quais o desempenho dos alunos em apresentarem boas notas é priorizado em detrimento de aprendizados básicos, como o respeito aos transgêneros, a tendência é a de que a problemática de intolerância contra esses indivíduos se perpetue. Consoante à intelectual Marilena Chauí, os brasileiros estão habituados a transformarem as diferenças em desigualdade. Desse modo, como os educandos não aprendem que o que não lhes é semelhante não é, necessariamente, um inimigo, a mazela do desrespeito persiste, violando o direito das vítimas desse mal à dignidade, já que, nessa conjuntura, sofrem com a discriminação e até mesmo com a violência física.

Portanto, o caminho para o respeito à identidade de gênero está na educação. Logo, o Estado, por intermédio do Ministério da Educação — órgão regente das instituições de ensino —, há de propiciar o aprendizado da tolerância nas escolas. Para isso, deve, por meio de psicólogos e sociólogos, ensinar aos alunos que os transexuais devem ser respeitados, pois também são seres humanos. Com isso, a garantia fundamental dessas pessoas à dignidade será fortalecida, aproximando, então, o Brasil do ideal propugnado pelo magistrado Luís Roberto Barroso.

# Bruna Maciel

Idade: 22 anos

Cidade: Florianópolis

Estado: Santa Catarina

Tema: Desafios para a popularização da vacinação no Brasil

01 Com 1998, o médico Andrew Wakefield publicou um estudo na *Lancet* — conceituada re-  
 02 vista científica —, o qual vinculava a aplicação de vacina com o autismo em crianças.  
 03 Posteriormente, sabe-se que tal estudo gerou conclusões equivocadas, todavia, sua eleva-  
 04 da repercussão ajudou a fortalecer o discurso de grupos contrários à medida preventiva,  
 05 o que torna a popularização da vacinação um desafio urgente. Nesse sentido, em virtu-  
 06 de não somente de uma lacuna educacional, mas também da negligência governamental,  
 07 emerge um grave problema de contornos específicos, que deve ser debatido.  
 08 Primeiramente, vale destacar o sistema educacional lacunar como um dificultador  
 09 à resolução do problema. Segundo o pensador Paulo Freire, a educação é fundamental  
 10 para que haja mudanças na sociedade. Sob esse viés, percebe-se que existe uma falha no  
 11 que tange à questão da popularização da vacinação, uma vez que o debate acerca da vaci-  
 12 na e de suas implicações é pouco estimulado no ambiente escolar. Tal cenário é evidenciado  
 13 pelo desconhecimento da população sobre o PNI — Programa Nacional de Imunização —, que  
 14 é mundialmente reconhecido, porém pouco valorizado no território brasileiro. Desse modo,  
 15 a escola não cumpre sua função transformadora e o povo permanece estagnado na desinformação.  
 16 Ademais, a negligência do Governo precisa ser considerada. Nessa perspectiva, no início do sé-  
 17 culo XX, a vacinação forçada da população marcou um conflituoso período da história brasilei-  
 18 ra: A Revolta da Vacina. Hoje, a imunização não é mais obrigatória, entretanto — devido  
 19 a comprovação científica a respeito da sua importância —, ela deveria ser incentivada  
 20 pelos representantes do país, o que não é uma realidade. Sob tal ótica, nota-se que o discurso  
 21 irresponsável de governantes, como a fala do presidente Jair Bolsonaro, em que afirmou  
 22 não se responsabilizar pelos possíveis efeitos da vacina contra a covid-19, favorece a inerteza  
 23 e desinformação dos cidadãos. Como efeito, esse descaso governamental coloca em risco a saúde  
 24 das pessoas e impede que a vacina seja popularizada.  
 25 Diante, medidas são necessárias para que a vacinação se torne popular no Brasil.  
 26 Para isso, as escolas, aliadas às Secretarias Públicas de Saúde, devem criar um projeto de incen-  
 27 tivo à imunização, por meio de palestras e campanhas mensais. Tais eventos <sup>serão</sup> ~~devem~~ abertos à comuni-  
 28 dade e poderão contar com representantes do governo e profissionais da saúde, a fim de fomen-  
 29 tar o debate sobre a importância da vacina e promover um discurso de incentivo. Assim,  
 30 a educação e o governo atuam juntos para a formação de uma sociedade mais consciente.  
 31  
 32  
 33

Em 1998, o médico Andrew Wakefield publicou um estudo na *Lancet* — conceituada revista científica —, o qual vinculava a aplicação de vacina com o autismo em crianças. Hodiernamente, sabe-se que tal estudo gerou conclusões equivocadas, todavia sua elevada repercussão ajudou a fortalecer o discurso de grupos contrários à medida preventiva, o que torna a popularização da vacinação um desafio urgente. Nesse sentido, em virtude não somente de uma lacuna educacional, mas também da negligência governamental, emerge um grave problema de contornos específicos, que deve ser debatido.

Primeiramente, vale destacar o sistema educacional lacunar como um dificultador à resolução do problema. Segundo o pensador Paulo Freire, a educação é fundamental para que haja mudanças na sociedade. Sob esse viés, percebe-se que ocorre uma falha no que tange à questão da popularização da vacinação, uma vez que o debate acerca da vacina e de suas implicações é pouco estimulado no ambiente escolar. Tal cenário é evidenciado pelo desconhecimento da população sobre o PNI — Programa Nacional de Imunização —, que é mundialmente reconhecido, porém pouco valorizado no território brasileiro. Desse modo, a escola não cumpre sua função transformadora e o povo permanece estagnado na desinformação.

Ademais, a negligência do Governo precisa ser considerada. Nessa perspectiva, no início do século XX, a vacinação forçada da população marcou um conflituoso período da história brasileira: a Revolta da Vacina. Hoje, a imunização não é mais obrigatória, entretanto — devido à comprovação científica a respeito da sua importância — ela deveria ser incentivada pelos representantes do país, o que não é uma realidade. Sob tal ótica, nota-se que o discurso irresponsável de governantes, como a fala do presidente Jair Bolsonaro, em que afirmou não se responsabilizar pelas possíveis consequências da vacina contra a Covid-19, favorece a insegurança e desencoraja os cidadãos. Como efeito, esse descaso governamental coloca em risco a saúde das pessoas e impede que a vacina seja popularizada.

Destarte, medidas são necessárias para que a vacinação se torne popular no Brasil. Para isso, as escolas, aliadas às Secretarias Públicas de Saúde, devem criar um projeto de incentivo à imunização, por meio de palestras e campanhas mensais. Esses eventos serão abertos à comunidade e poderão contar com representantes do Governo e profissionais da saúde, a fim de fomentar o debate sobre a importância da vacina e promover um discurso de incentivo. Assim, a educação e o Governo atuarão juntos para a formação de uma sociedade mais consciente.

# Matheus Henrique Boa Nova de Araújo

Idade: 18 anos

Cidade: Paula Cândido

Estado: Minas Gerais

Tema: Caminhos para a recuperação ambiental do planeta

**meSalva!**

PROPOSTA DE REDAÇÃO NPR112

Instruções:  
 01. Utilize, preferencialmente, caneta azul ou preta;  
 02. Informe o código da proposta de redação (Ex. RED01);  
 03. Se desejar usar um título, escreva-o na primeira linha;  
 04. Respeite as margens do espaço destinado à redação.

Matheus Henrique Boa Nova de Araújo  
 ASSINATURA DO ESTUDANTE

01. A animação "She-Ra e os Principais do Poder", transmitida pela Nickelodeon, em 2018,  
 02. explicita, através da trama, os impactos nocivos do desenvolvimento tecnológi-  
 03. co sobre o meio ambiente. Fora da ficção, a contemporaneidade impõe ao mes-  
 04. mo cenário no que se refere à recuperação ambiental. Nesse contexto, per-  
 05. cebe-se a configuração de uma grave problemática em virtude do capitalis-  
 06. mo e do progresso industrial.

07. Primordialmente, deve-se analisar os pilares do sistema econômico capita-  
 08. listar. Lembrando o filósofo e sociólogo Karl Marx, na obra "O Capital", o ca-  
 09. pitalismo ressignifica os indivíduos e os materiais-primas, tornando-os  
 10. fragmentos de produção e obtenção de lucros. Dessa forma, instaura-se  
 11. globalmente um cenário favorável ao consumismo, a fim de garantir o  
 12. pleno funcionamento desse sistema, interferindo negativamente no meio  
 13. ambiente para abastecer o mercado consumidor com produtos oriundos  
 14. da exploração da fauna e flora.

15. Todavia, uma ética, vale ainda ponderar sobre o progresso de fábricas no  
 16. âmbito mundial. Durante a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, em  
 17. meados do século XVIII, as empresas fabris consolidaram-se com base em  
 18. um modo de produção prejudicial ao ambiente e aos indivíduos, devido aos  
 19. gases poluentes lançados na atmosfera. Todavia, apesar dos investimentos  
 20. e melhorias nesse setor, as fábricas contemporâneas ainda carecem de  
 21. medidas preventivas e ecologicamente corretas. Por conseguinte, conforme a  
 22. Agenda 2030, a humanidade, até 2015, descartou 79% dos 8,3 bilhões de  
 23. toneladas de plásticos e outros materiais, degradando, desta forma, o ecossistema.

24. Portanto, medidas tornam-se necessárias para reduzir o impacto. Portanto,  
 25. é mister que a Organização das Nações Unidas (ONU), em parceria com as ins-  
 26. tituições governamentais, combata os impactos do capitalismo e da indús-  
 27. trias no meio ambiente, através da criação de um programa de incentivos  
 28. ao desenvolvimento de produção sustentáveis e de penalização de condutas di-  
 29. vergentes. Assim, será possível garantir a recuperação do ecossistema do planeta.

A animação “She-Ra e as princesas do poder”, transmitida pela Netflix, em 2018, explicita, através da trama, os impactos nocivos do desenvolvimento tecnológico sobre o meio ambiente. Fora da ficção, a contemporaneidade enfrenta as mesmas conotações no que se refere à recuperação ambiental. Nesse contexto, percebe-se a configuração de uma grave problemática em virtude do capitalismo e da formação industrial.

Primordialmente, deve-se analisar os pilares do sistema econômico capitalista. Consoante o filósofo e sociólogo Karl Marx, na obra “O capital”, o capitalismo ressignifica os indivíduos e as matérias-primas, tornando-os ferramentas de produção e obtenção de lucro. Dessa forma, instaura-se globalmente um cenário favorável ao consumismo, a fim de garantir o pleno funcionamento desse sistema, interferindo negativamente no meio ambiente para abastecer o mercado consumidor com produtos advindos da exploração da fauna e da flora.

Sob essa ótica, vale ainda ponderar sobre a formação de fábricas no âmbito mundial. Durante a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, em meados do século XVIII, os espaços fabris consolidaram-se com base em um modo de produção prejudicial ao ambiente e aos indivíduos, devido aos gases poluentes lançados na atmosfera. Hoje em dia, apesar dos investimentos e modificações nesse setor, as fábricas contemporâneas ainda carecem de medidas protecionistas e ecologicamente corretas. Por conseguinte, conforme a Revista Exame, a humanidade, até 2015, direcionou 79% das 8,3 bilhões de toneladas de plástico a aterros sanitários, degradando, dessa forma, o ecossistema.

Destarte, medidas tornam-se necessárias para solucionar o impasse. Portanto, é mister que a Organização das Nações Unidas (ONU), em parceria com as instituições governamentais, combata os impactos do capitalismo e das indústrias no meio ambiente, através da criação de um programa de incentivo ao desenvolvimento e à produção sustentáveis e de penalização de condutas divergentes. Assim, será possível garantir a recuperação do ecossistema do planeta.

# Gleice Kelle Damásio dos Santos

Idade: 19 anos

Cidade: Ituberá

Estado: Bahia

Tema: Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil

1 "O maior escândalo dos escândalos é que nos habituamos a ele". A afirmacão, atribuída a filósofo  
 2 francês, Francis Bacon de Beauvau, pode facilmente ser aplicada à questão da persistência da in-  
 3 tolerância religiosa, já que maior escândalo do que a existência dessa problemática é o fato de  
 4 população se habituar a esta realidade sem buscar possíveis caminhos para combater es-  
 5 sa situação que permanece de forma extrema em nossa sociedade. Nesse contexto, destacamos  
 6 dois fatores como causas a insuficiência de leis, bem como o silenciamento.  
 7 Primeiro destacamos, a princípio, que a insuficiência legislativa caracteriza-se como um bom  
 8 exemplo de falha. Nesse sentido, o filósofo John Locke defende que "As leis fizeram-se para os  
 9 homens e não para os leis". Ou seja, os seres criados para lei, e preciso que ela seja planejada  
 10 para melhorar a vida das pessoas em sua aplicação. No entanto, na questão da intolerância  
 11 religiosa, a legislação não tem sido suficiente para a resolução do problema, uma vez  
 12 que ~~ela~~ <sup>o problema</sup> ainda não foi eradicada e a todo momento faz vítimas no Brasil, tanto por pa-  
 13 rtes mais agressivas quanto por violência física, sem que, segundo dados de Terival Felha, mais  
 14 de 10% das pessoas sofreram esse tipo de violência.  
 15 Além disso, a falta de debates, até então, é um aspecto preocupante no atual panorama.  
 16 Sob esse viés, destacamos traz uma contribuição relevante ao defender que a linguagem é uma  
 17 verdadeira forma de ação. Nesse modo, para que problemas como o da intolerância religiosa  
 18 seja combatido, faz-se necessário debater sobre. Contudo, percebe-se uma lacuna no que  
 19 se refere a esta situação, que ainda é muito silenciada, seja através da mídia - que não  
 20 discute o tema amplamente nos canais de televisão -, seja através das autoridades - que  
 21 negligenciam esse cenário crítico e não buscam caminhos para resolvê-lo. Assim, faz-  
 22 se mister a responsabilização desta postura estatal urgente.  
 23 É evidente, portanto, que tais estratégias precisam ser revolucionadas. Logo, é neces-  
 24 sário que o Governo Federal, em parceria com a mídia, crie uma campanha publici-  
 25 tária, por meio de anúncios nos canais de televisão - como Globo e SBT. Tal campanha  
 26 pode ter a participação de vítimas da intolerância religiosa, a fim de que tanta for-  
 27 ma de agressão seja ressaltada e a problemática seja superada no Brasil. A partir  
 28 desses ações, espera-se promover a construção de um país melhor.  
 29  
 30

“O mais escandaloso dos escândalos é que nos habituamos a eles”. A afirmação, atribuída à filósofa francesa Simone de Beauvoir, pode facilmente ser aplicada à questão da persistência da intolerância religiosa, já que mais escandaloso do que a ocorrência dessa problemática é o fato da população se habituar a essa realidade sem buscar possíveis caminhos para combater essa situação que permanece de forma extrema em nossa sociedade. Nesse contexto, tornam-se evidentes como causas a insuficiência de leis, bem como o silenciamento.

Convém ressaltar, a princípio, que a ineficiência legislativa caracteriza-se como um complexo dificultador. Nesse sentido, o filósofo John Locke defende que “as leis fizeram-se para os homens e não para as leis”. Ou seja, ao ser criada uma lei, é preciso que ela seja planejada para melhorar a vida das pessoas em sua aplicação. No entanto, na questão da intolerância religiosa, a legislação não tem sido suficiente para a resolução do problema, uma vez que ele ainda não foi erradicado e a todo momento faz vítimas no Brasil, tanto por palavras agressivas quanto por violência física, em que, segundo dados do Jornal Folha, mais de 10% das pessoas sofreram esse tipo de violência.

Além disso, a falta de debates, até então, é um impasse preocupante no atual panorama. Sob esse viés, Habermas traz uma contribuição relevante ao defender que a linguagem é uma verdadeira forma de ação. Desse modo, para que problemas como o da intolerância religiosa sejam combatidos, faz-se necessário debater sobre. Contudo, percebe-se uma lacuna no que se refere a essa situação, que ainda é muito silenciada, seja através da mídia — que não discute o tema amplamente nas redes de televisão —, seja através das autoridades — que negligenciam esse cenário caótico e não buscam caminhos para resolvê-lo. Assim, faz-se mister a reformulação urgente dessa postura estatal.

É evidente, portanto, que tais entraves precisam ser solucionados. Logo, é necessário que o Governo Federal, em parceria com a mídia, crie uma campanha publicitária, por meio de anúncios nas redes de televisão — como Globo e SBT. Tal campanha pode ter a participação de vítimas da intolerância religiosa, a fim de que toda forma de agressão seja revertida e a problemática seja superada no Brasil. A partir dessas ações, espera-se promover a construção de um país melhor.

# João Paulo de Moura Fernandes

Idade: 16 anos

Cidade: Juazeiro

Estado: Ceará

Tema: Desafios no combate ao tabagismo entre jovens brasileiros

## FOLHA DE REDAÇÃO

1	Em consonância ao relatório divulgado pela OMS, o número de mortes anuais por doenças relacionadas ao tabaco
2	podem ultrapassar a marca dos 8 milhões em 2030. Entretanto, apesar de possuir <del>uma</del> relevância global, tal estatística,
3	no Brasil, parece obsoleta e desprovida do cunho preventivo que os especialistas da <del>saúde</del> apontam veementemente, e
4	que corroboram a inadição brasileira diante do risco de saúde pública referente ao aumento do tabagismo entre os
5	jovens. Por essa razão, a glamorização do cigarro e uma exotização superficial perpetuam a latência da possibili-
6	dade de combater a intemperie. Com isso, a dissuasão estará pautada no intervencionismo.
7	Decerto, pressupõe-se que a indústria tabagista ganha forças quando a influência midiática torna inepicaz o prélio
8	ao consumo de cigarros. Nesse viés, de acordo com a "Truth Orange" - campanha televisiva destinada à rejeição juvenil do
9	tabaco - muitos jovens começam a fumar influenciados por personagens de filmes e de seriados, já que há um "feti-
10	chismo do fumo". Exemplo disso, a série "Stranger Things" expõe, em exagero, adolescentes que têm no petume um símbo-
11	lo de prestígio social, mas que ignoram os malefícios adquiridos com a ingestão de substâncias derivadas e derivadas
12	da nicotina. Dessa maneira, à luz da análise publicitária, fica evidente que, em nosso tecido social, os prejuízos para fumar -
13	tes ora são mascarados ora fendam-se na negligência, haja vista que algo cientificamente apontado como nocivo ao bem -
14	-estar humano é retratado, nas telas, de modo positivo. Logo, para que a dinâmica comercial do tabaco seja desfavoreci-
10	da, a postura manipulativa da mídia precisa ser retipificada, efetivamente.
11	Outrossim, a superficialidade do direcionamento educativo no que se refere ao consumo do tabaco implica no imedia-
12	tismo do adolescente despreparado. Acerca disso, o educador e filósofo Paulo Freire postulou que ensinar não é apenas
13	<del>transmitir conhecimento</del> transmitir conhecimento, mas criar possibilidades para a produção construtiva dos proces-
14	sos de socialização. Todavia, um ensino cada vez mais mecânico compactua, por vezes, a informação dada e impede que
15	o "aprendizado" possa ser revertido em benefício para o convívio do discente em sociedade. Consequentemente, a falta de amparo
16	pedagógico pode levar vários estudantes ao uso de <del>substâncias</del> substâncias químicas relativas ao fumo como uma "válvula de escape" de
17	adversidades, tais quais o bullying e a ansiedade, por exemplo. Nessa feita, enquanto os estágios escolares restringem a trans-
18	missão da mensagem, o corpo cívico brasileiro vê, seus jovens, exponencialmente, incluídos no censo da OMS.
19	Portanto, uma intervenção pode romper com o estado latente de tais imbróglios. Nesse posto, cabe ao Poder Público, na
20	figura do Ministério da Saúde, barrar a exposição exagerada das <del>(de)</del> contextualizações televisivas pautadas na manipula-
21	ção, por intermédio de um projeto de lei capaz de proibir e de punir o malicioso preciosismo atribuído ao tabaco. Ademais,
22	as diversas Instituições de Ensino, amparadas pela ação tributária do Executivo, devem reorganizar o estudo do taba-
23	gismo e de suas consequências, vide o preparo psicopedagógico empenhado em afastar o corpo discente das drogas. Sendo
24	assim, essas propostas terão por finalidade desarticular a mecanização do ensino e a romantização do fumo, o que possibilitará,
25	por fim, um novo panorama estatístico nas décadas seguintes.
26	

Em consonância ao relatório divulgado pela OMS, o número de mortes anuais por doenças relacionadas ao tabaco poderá ultrapassar a marca dos 8 milhões em 2030. Entretanto, apesar de possuir relevância global, tal estatística, no Brasil, parece obsoleta e desprovida do cunho preventivo que os especialistas apontam veementemente, o que corrobora a inadimplência brasileira diante do risco de saúde pública referente ao aumento do tabagismo entre os jovens. Por essa razão, a glamourização do cigarro e uma escolarização superficial perpetuam a latência da possibilidade de combater a intempérie. Com isso, a dissuasão estará pautada no intervencionismo.

Decerto, pressupõe-se que a indústria tabagista ganha forças quando a influência midiática torna ineficaz o prélio ao consumo de cigarros. Nesse viés, de acordo com a “Truth Orange” — campanha televisiva destinada à rejeição juvenil do tabaco —, muitos jovens começam a fumar influenciados por personagens de filmes e de seriados, já que há um “fetichismo do fumo”. Exemplo disso, a série “Stranger Things” expõe, em exagero, adolescentes que têm no petume um símbolo de prestígio social, mas que ignoram os malefícios adquiridos com a ingestão de substâncias derivantes e derivadas da nicotina. Dessa maneira, à luz da análise publicitária, fica evidente que, em nosso tecido social, os prejuízos para fumantes ora são mascarados, ora findam-se na negligência, haja vista que algo cientificamente apontado como nocivo ao bem-estar humano é retratado, nas telas, de modo positivo. Logo, para que a dinâmica comercial do tabaco seja desfavorecida, a postura manipulativa da mídia precisa ser retificada.

Outrossim, a superficialidade no direcionamento educativo no que se refere ao consumo do tabaco implica no imediatismo do adolescente despreparado. Acerca disso, o educador Paulo Freire postulou que ensinar não é apenas transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a produção construtiva dos processos de socialização. Todavia, um ensino cada vez mais mecânico compactua, por vezes, a informação dada e impede que o “aprendizado” possa ser revertido em benefício para o convívio do discente em sociedade. Conseqüentemente, a falta de amparo pedagógico pode levar vários estudantes ao uso de químicos relativos ao fumo como uma “válvula de escape” de adversidades, tais quais o bullying e a ansiedade, por exemplo. Nessa feita, enquanto os estágios escolares restringirem a transmissão da mensagem, o corpo cívico brasileiro verá seus jovens, exponencialmente, incluídos no censo da OMS.

Portanto, uma intervenção pode romper com o estado latente de tais imbróglis. Nesse posto, cabe ao Poder Público, na figura do Ministério da Saúde, barrar a exposição exagerada das (des)contextualizações televisivas pautadas na manipulação, por intermédio de um projeto de lei capaz de proibir e de punir o malicioso preciosismo atribuído ao tabaco. Ademais, as diversas instituições de ensino, amparadas pela ação tributária do Executivo, devem reforçar o estudo do tabagismo e de suas conseqüências, vide o preparo psicopedagogo empenhado em afastar o corpo discente das drogas. Sendo assim, essas propostas terão por finalidade desarticular a mecanização do ensino e a romantização do fumo, o que possibilitará, por fim, um novo panorama estatístico nas décadas seguintes.

# Márlllos Peres de Melo Filho

Idade: 16 anos

Cidade: Gurupi

Estado: Tocantins

Tema: Medidas para combater os problemas ambientais causados pela ação humana

meSalva!

**PROPOSTA DE REDAÇÃO** Medidas para combater os problemas ambientais causados pela ação humana.

Instruções:  
 01. Utilize, preferencialmente, caneta azul ou preta;  
 02. Informe o código da proposta de redação (Ex. RED01);  
 03. Se desejar usar um título, escreva-o na primeira linha;  
 04. Respeite as margens do espaço destinado à redação.

Márlllos Peres de Melo Filho  
**ASSINATURA DO ESTUDANTE**

---

01 A exploração da usina nuclear de Chernobyl, ocorrida no século XX, causou a morte e a  
 02 contaminação das pessoas e das várias formas de vida, como a vegetação e a fauna,  
 03 presentes na região. Nesse caso, é notório o impacto negativo causado pela interven-  
 04 ção do homem na natureza. Logo, a conjuntura existente na tragédia de Chernobyl  
 05 pode ser associada a uma realidade brasileira: os problemas ambientais so-  
 06 ão consequências da ação humana e da negligência governamental.

07 Primeiramente, é importante destacar que a priorização do capital é um hábito  
 08 predominante no Brasil, de acordo com o pensamento do economista Paul Wat-  
 09 son, a inteligência e a habilidade de viver em harmonia com a natureza. Entre  
 10 tanto, esse equilíbrio está longe de ser efetivado na sociedade brasileira, exis-  
 11 to que existe uma cultura individualista estruturada entre as pessoas, fogen-  
 12 do com que elas sejam apenas em benefício próprio e não por um bem coletivo.  
 13 Além disso, a busca das grandes empresas pelo lucro, influenciada pelo sis-  
 14 tema capitalista vigente, se sobrepõe ao cuidado com o futuro do meio am-  
 15 biente e com a vida das pessoas.

16 Ademais, é fato que as atitudes do Governo Federal visando o combate dos  
 17 problemas ambientais foram tímidas. Em conformidade com o Artigo 225º da Consti-  
 18 tuição Federal de 1988, é dever do Estado realizar todas as medidas possíveis  
 19 para a proteção da natureza. Contudo, entre outras falhas, o Estado não tem efe-  
 20 tuado devidamente a fiscalização de possíveis focos de destruição. Por consequên-  
 21 te, ocorreram tragédias, o exemplo de Brumadinho e Mariana, que resultaram  
 22 na morte de centenas de pessoas, além da destruição de uma parte conside-  
 23 rável da infraestrutura, da fauna e da flora dessas cidades.

24 Portanto, a fim de prevenir futuros problemas ambientais, surge que o Minis-  
 25 tério do Meio Ambiente, órgão responsável pela preservação da natureza existen-  
 26 te no Brasil, realize projetos de intensificação da fiscalização associada à uma  
 27 penalização mais severa, por meio de intervenções policiais. Assim, a popula-  
 28 ção brasileira agiria de uma forma mais sustentável e desastres ambientais,  
 29 como o de Chernobyl, seriam cada vez mais raros.

30

A explosão da usina nuclear de Chernobyl, ocorrida no século XX, causou a morte e a contaminação das pessoas e das outras formas de vida, como a vegetação e a fauna presentes na região. Nesse viés, é notório o impacto negativo causado pela intervenção do homem na natureza. Logo, a conjuntura existente na tragédia de Chernobyl pode ser associada a uma realidade brasileira: os problemas ambientais como consequências da ambição humana e da negligência governamental.

Primeiramente, é importante destacar que a priorização do capital é um hábito predominante no Brasil. De acordo com o pensamento do ativista Paul Watson, a inteligência é a habilidade de viver em harmonia com a natureza. Entretanto, esse equilíbrio está longe de ser efetivado na sociedade brasileira, visto que existe uma cultura individualista estruturada entre as pessoas, fazendo com que elas ajam apenas em benefício próprio e não por um bem coletivo. Além disso, a busca das grandes empresas pelo lucro, influenciada pelo sistema capitalista vigente, se sobrepõe ao cuidado com o futuro do meio ambiente e com a vida das pessoas.

Ademais, é fato que as atitudes do Governo Federal visando o combate dos problemas ambientais foram tímidas. Em conformidade com o Artigo 225º da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado realizar todas as medidas possíveis para a proteção da natureza. Contudo, entre outras falhas, o Estado não tem efetuado devidamente a fiscalização de possíveis focos de desastres. Por conseguinte, ocorrem tragédias, a exemplo de Brumadinho e Mariana, que resultaram na morte de centenas de pessoas, além da destruição de uma parte considerável da infraestrutura, da fauna e da flora dessas cidades.

Portanto, a fim de prevenir futuros problemas ambientais, urge que o Ministério do Meio Ambiente, órgão responsável pela preservação da natureza existente no Brasil, realize projetos de intensificação da fiscalização associada a uma penalização mais severa, por meio de intervenções policiais. Assim, a população brasileira agirá de uma forma mais sustentável e desastres ambientais, como o de Chernobyl, serão cada vez mais raros.

## Giulianne Dutra Villela Nogueira

Idade: 19

Cidade: Rio de Janeiro

Estado: Rio de Janeiro

Tema: Desafios no descarte adequado de resíduos sólidos urbanos no Brasil

Ass: Giulianne Villela

01 O filme "Wall-E" apresenta um futuro distópico no qual a Terra tornou-se inabitável em razão  
02 da poluição antropica, sobretudo pelo descarte incorreto de lixo. O objetivo do texto, segundo os produtores, é  
03 conscientizar o mundo sobre seu possível destino caso o relacionamento entre os seres humanos e  
04 a natureza não amadureça. Fora da ficção, o descarte adequado de resíduos sólidos ainda é um desa-  
05 fio no Brasil, tanto pela precariedade da educação ambiental quanto pelo insuficiente engajamento govern-  
06amental na questão. Portanto, urge que o assunto seja versado.

07 Em primeira análise, constata-se que o resíduo de lixo doméstico não é um tema bem explorado  
08 nas escolas brasileiras. Na década de 1990, a título de exemplo, o governo tomou a instrução  
09 sobre os malefícios do cigarro por obrigatória do projeto pedagógico nas instituições de ensino.  
10 e, como resultado, o percentual de fumantes sofreu uma queda exponencial no século XXI. Nessa pers-  
11pectiva, como a temática não é devidamente trabalhada, a maioria da população permanece aliena-  
12da em relação aos impactos da gestão imprudente dos resíduos sólidos, o que dificulta muito  
13uma transformação social efetiva.

14 Ademais, evidenciam-se que o investimento governamental na administração do lixo urbano é escaso-  
15so. De acordo com dados do Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana, por exemplo, quase metade  
16 dos municípios brasileiros ainda despejam resíduos em depósitos irregulares e ilegais. Tal fato ex-  
17plica-se maxime pela carência financeira de boa parte dessas cidades. Nesse sentido, a adesão  
18de políticas sustentáveis de gestão de resíduos é limitada pelas desigualdades regionais,  
19bem como a continuidade dos serviços.

20 Portanto, desprende-se que o descarte adequado de resíduos sólidos é uma emergência  
21 nacional. Diante disso, é mister que o Ministério da Educação promova campanhas sobre reci-  
22clagem nas escolas, por meio de palestras e atividades lúdicas, a fim de tornar a hábito  
23mais intrínseco na nação. No âmbito administrativo, é importante que o Estado esti-  
24mule o desenvolvimento dos municípios, o que pode ser feito através da redução dos  
25 impostos para os que adotarem políticas de gestão do lixo urbano eficazes. Dessa forma,  
26 o governo garantirá um futuro mais digno para a população brasileira e estarão  
27 escapando para que a distopia de Wall-E se restrinja aos cinemas.

28

29

30

O filme “Wall-E” apresenta um futuro distópico no qual a Terra tornou-se inabitável em razão da poluição antrópica, sobretudo pelo descarte incorreto de lixo. O objetivo do longa, segundo os produtores, é conscientizar o mundo sobre seu possível destino caso o relacionamento entre os seres humanos e a natureza não amadureça. Fora da ficção, o descarte adequado de resíduos sólidos ainda é um desafio no Brasil, tanto pela precariedade da educação ambiental quanto pelo insuficiente engajamento governamental na questão. Posto isso, urge que o assunto seja versado.

Em primeira análise, constata-se que o rejeito do lixo doméstico não é um tema bem explorado nas escolas brasileiras. Na década de 1990, a título de exemplo, o governo tornou a instrução sobre os malefícios do cigarro parte obrigatória do projeto pedagógico nas instituições de ensino e, como resultado, o percentual de fumantes sofreu uma queda exponencial no século XXI. Nessa perspectiva, como a temática não é devidamente trabalhada, a maioria da população permanece alienada em relação aos impactos da gestão imprudente dos resíduos sólidos, o que dificulta muito uma transformação social efetiva.

Ademais, evidencia-se que o investimento governamental na administração do lixo urbano é escasso. De acordo com dados do Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana, por exemplo, quase metade dos municípios brasileiros ainda despejam resíduos em depósitos irregulares e ilegais. Tal fato explica-se máxime pela carência financeira de boa parte dessas cidades. Nesse sentido, a adesão de políticas sustentáveis de gestão de resíduos é limitada pelas desigualdades regionais, bem como a continuidade dos serviços.

Portanto, depreende-se que o descarte adequado de resíduos sólidos é uma emergência nacional. Diante disso, é mister que o Ministério da Educação promova campanhas sobre reciclagem nas escolas, por meio de palestras e atividades lúdicas, a fim de tornar o hábito mais intrínseco na nação. No âmbito administrativo, é importante que o Estado estimule o desenvolvimento dos municípios, o que pode ser feito através da redução dos impostos para os que adotarem políticas de gestão do lixo urbano eficazes. Dessa forma, o Governo garantirá um futuro mais digno para a população brasileira e estará cooperando para que a distopia de “Wall-E” se restrinja aos cinemas.

## Paulo Henrique de Sousa Melo

Idade: 19 anos

Cidade: Boa Viagem

Estado: Ceará

Tema: Desafios para a democratização da arte urbana

meSalva!



PROPOSTA  
DE REDAÇÃO

N PR 97 → Desafios para  
a democratização da arte urbana

01 A Constituição Federal, promulgada em 1988, garante, no artigo 215, que é de-  
02 ver do Estado incentivar a valorização e a difusão das manifestações cultu-  
03 rais. Contudo, na prática, tal garantia é deturpada, haja vista que ainda  
04 existem desafios, como o arcaísmo educacional e a inércia midiática, que  
05 dificultam a democratização da arte urbana no Brasil. Assim, faz-se pro-  
06 fícuo analisar essa conjuntura, que representa um entrave na hodiernidade.

07 Sob um primário olhar, pontua-se que falhas na educação tonificam esse cenário.  
08 Nesse sentido, o pensador Paulo Freire defende que o ensino é uma forma de li-  
09 berdade, a qual objetiva despertar a criticidade e a visão plural do educando. No entanto,  
10 substancial parcela das instituições de ensino ainda se restringe a apresentar expres-  
11 sões artísticas tradicionais, de modo a negligenciar o estudo da arte urbana, como o  
12 grafite, o que contraria os preceitos freireanos, já que os estudantes não têm ace-  
13 so à diversidade cultural e, por conseguinte, a um conhecimento libertador. Urge, pois,  
14 meios formativos que evidenciem a relevância da arte em espaços urbanos.

15 Ademais, a exigua contribuição da mídia possui influência nesse problema. Acer-  
16 ca disso, o filósofo Pierre Bourdieu afirma que os mecanismos democráticos não devem  
17 ser convertidos em ferramentas opressoras. Todavia, a mídia, que deveria propagar  
18 a importância cultural intrínseca à arte urbana, contribui, por vezes, para a distor-  
19 ção desses valores ao se omitir de sua função de mediadora de conhecimentos no  
20 momento em que não retrata, por exemplo, a busca dos artistas urbanos por espaço. Logo,  
21 enquanto não houver uma resignificação desse panorama, manter-se-á em vi-  
22 gor as perspectivas equivocadas de tempo social em relação à urbanografia.

23 Em suma, é preciso atenuar os desafios que impedem a democratização da arte  
24 urbana no Brasil. Para tanto, cabe ao Ministério da Educação - dada o seu papel essencial  
25 na formação dos indivíduos - , por meio de discussões a serem realizadas na disci-  
26 plina de Artes, fomentar o estudo de manifestações culturais diversas, entre elas  
27 a urbanografia, a fim de despertar o olhar dos discentes para além da arte tradicional. Em  
28 acréscimo, o Estado deve oferecer incentivos fiscais aos meios midiáticos que veicularem  
29 a relevância da arte urbana, para romper com concepções equivocadas. Desse modo, a va-  
30 lorização e a difusão cultural, elencadas na Magna Carta, acontecerão no Brasil.

A Constituição Federal, promulgada em 1988, garante, no artigo 215, que é dever do Estado incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais. Contudo, na prática, tal garantir é deturpada, haja vista que ainda existem desafios, como o arcaísmo educacional e a inércia midiática, que dificultam a democratização da arte urbana no Brasil. Assim, faz-se profícuo analisar essa conjuntura, que representa um entrave na hodiernidade.

Sob um primeiro olhar, pontua-se que falhas na educação tonificam esse cenário. Nesse sentido, o pensador Paulo Freire defende que o ensino é uma forma de liberdade, a qual objetiva despertar a criticidade e a visão plural do educando. No entanto, substancial parcela das instituições de ensino ainda se restringe a apresentar expressões artísticas tradicionais, de modo a negligenciar o estudo da arte urbana, como o grafite, o que contraria os preceitos freireanos, já que os estudantes não têm acesso à diversidade cultural e, por conseguinte, a um conhecimento libertador. Urge, pois, meios formativos que evidenciam a relevância da arte em espaços urbanos.

Ademais, a exígua contribuição da mídia possui influência nesse problema. Acerca disso, o filósofo Pierre Bourdieu afirma que os mecanismos democráticos não devem ser convertidos em ferramentas opressoras. Todavia, a mídia, que deveria propagar a importância cultural intrínseca à arte urbana, contribui, por vezes, para a distorção desses valores ao se omitir de sua função de mediadora de conhecimentos no momento em que não retrata, por exemplo, a busca dos artistas urbanos por espaço. Logo, enquanto não houver uma ressignificação desse panorama, manter-se-á em vigor as perspectivas equivocadas do corpo social em relação à urbanografia.

Em suma, é preciso atenuar os desafios que impedem a democratização da arte urbana no Brasil. Para tanto, cabe ao Ministério da Educação — dado o seu papel essencial na formação dos indivíduos —, por meio de discussões a serem realizadas na disciplina de Artes, fomentar o estudo de manifestações culturais diversas, entre elas a urbanografia, a fim de despertar o olhar dos discentes para além da arte tradicional. Em acréscimo, o Estado deve oferecer incentivos fiscais aos meios midiáticos que veicularem a relevância da arte urbana, para romper com concepções equivocadas. Desse modo, a valorização e a difusão cultural, elencadas na Magna Carta, acontecerão no Brasil.

## Kamily Souza Côrtes

Idade: 18 anos

Cidade: Montanha

Estado: Espírito Santo

Tema: Caminhos para a recuperação ambiental do planeta

**meSalva!**

PROPOSTA DE REDAÇÃO NPR 112

Instruções:  
 01. Utilize, preferencialmente, caneta azul ou preta;  
 02. Informe o código da proposta de redação (Ex. RED01);  
 03. Se desejar usar um título, escreva-o na primeira linha;  
 04. Respeite as margens do espaço destinado à redação.

Kamily Souza Côrtes  
 ASSINATURA DO ESTUDANTE

01 A questão ambiental é um debate muito importante para a garantia vital  
 02 do meio ecológico. Nesse sentido, a racionalidade e o cuidado humano são um  
 03 imprescindíveis para a melhor interação dos ecossistemas do mundo. No enton-  
 04 to, são as próprias ações humanas que dificultam o ~~proprio~~ propósito da  
 05 sustentabilidade como um caminho para a recuperação ambiental do planeta.  
 06 Em primeira análise, a natureza sofre constantemente com a negligência  
 07 das ações antropicas, pois eventuais desastres ambientais são causados pela  
 08 sociedade - como a poluição e o desmatamento - as não intencionalmente  
 09 por ela - aquecimento global e efeito estufa. Dessa forma, o meio am-  
 10 biente, embora exista diariamente, perde muito de sua diversidade e  
 11 seu volume. Como prova, segundo o site de notícias globais, "BBC News",  
 12 cerca de 20% da floresta Amazônica, no Brasil, já foi extinta por ra-  
 13 zões que envolvem principalmente o desmatamento e exploração. Assim, vê-se  
 14 que as ações humanas não cooperam para a recuperação ambiental.  
 15 Em consequência dos fatos supracitados, a sustentabilidade é uma das  
 16 resoluções mais defendidas, já que sua base teórica - desenvolvida, prin-  
 17 cipalmente, pela Ecologia Ambiental e por agentes ambientais desde me-  
 18 ados do século XX - explana a importância dos recursos ambientais em  
 19 setores econômicos e sociais, por exemplo, ~~isso~~, também, pontua o dever  
 20 de garantir recursos para as próximas gerações. Nesse modo, há um equi-  
 21 líbrio e uma maior preocupação com o meio ambiente. Porém, o consu-  
 22 mo e os desperdícios, causados pela ação humana, dificultam a atuação da  
 23 sustentabilidade na recuperação ambiental do planeta.  
 24 Diante, é preciso que medidas solucionem essa problemática. Portanto,  
 25 o PNUMA e a ONU, por meio de uma proposta publicada na Carta das  
 26 Nações Unidas, devem multar ou interferir em acordos internacionais  
 27 os países que não praticarem ações sustentáveis, utilizando punições inter-  
 28 nas favoráveis à cada Estado, para que haja maior proteção e cuidado  
 29 Espera-se que esse caminho seja eficaz no processo de recuperação  
 30 ambiental do planeta.

A questão ambiental é um debate muito importante para a garantia vital do meio ecológico. Nesse sentido, a racionalidade e o cuidado humano são imprescindíveis para a melhor interação dos ecossistemas do mundo. No entanto, são as próprias ações humanas que dificultam o propósito da sustentabilidade como um caminho para a recuperação ambiental do planeta.

Em primeira análise, a natureza sofre constantemente com a negligência das ações antrópicas, pois eventuais desastres ambientais são causados pela sociedade – como a poluição e o desmatamento – ou são intensificados por ela – aquecimento global e efeito estufa. Dessa forma, o meio ambiente, embora resista diariamente, perde muito sua diversidade e seu volume. Como prova, segundo o site de notícias globais “BBC News”, cerca de 20% da Floresta Amazônica, no Brasil, já foi extinta por razões que envolvem, principalmente, o desmatamento e a exploração. Assim, vê-se que as ações humanas não cooperam para a recuperação ambiental.

Em consequência dos fatos supracitados, a sustentabilidade é uma das resoluções mais defendidas, já que sua base teórica – desenvolvida, sobretudo, pela Sociologia Ambiental desde meados do século XX – explana a importância dos recursos da natureza em setores econômicos e sociais, por exemplo, e, também, pontua o dever de garantir recursos para as próximas gerações. Desse modo, há um equilíbrio e uma maior preocupação com o meio ambiente. Porém, o consumo e os desgastes, causados pela ação antrópica, dificultam a atuação da sustentabilidade na recuperação do planeta.

Destarte, é preciso que medidas solucionem essa problemática. Portanto, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), por meio de uma proposta publicada na Carta das Nações Unidas, deve interferir em acordos internacionais em que os países não pratiquem ações sustentáveis, utilizando punições internas favoráveis a cada Estado, para que haja maior proteção e cuidado. Espera-se que esse caminho seja eficaz no processo de recuperação ambiental do planeta.

*meSalva!*

 [mesalvaoficial](#) | [mesalvamed](#)

 [mesalva](#)

 [mesalva](#) | [mesalvamed](#)

 [mesalva](#)

[mesalva.com](#)